



Município de Capanema - PR

EDITAL DA CONCORRÊNCIA Nº 17/2026

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.972.760/0001-60, sediado à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.080, centro, Capanema, Estado do Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Sr. Neivor Kessler, torna pública a realização deste processo de contratação.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS DESTE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

1.1. ORGÃO(S) INTERESSADO(S):

1.1.1. Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA.

1.2. **RESUMO DO OBJETO:** Contratação de empresa especializada para execução do projeto de eficiência energética de iluminação pública do Município de Capanema/PR, selecionado na Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, abrangendo o fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, gestão do projeto, medição e verificação, descarte de materiais, treinamento, marketing, relatórios, ARTs e demais obrigações previstas no Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e no Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL.

1.3. **VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:** R\$ 2.150.218,93 (Dois milhões, cento e cinquenta mil, duzentos e dezoito reais e noventa e três centavos)

1.4. **MODALIDADE:** Concorrência.

1.5. **FORMA:** Eletrônica.

1.6. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Melhor técnica.

1.7. **MODO DE DISPUTA:** Fechado. Será adotado o modo de disputa fechado, em que as licitantes apresentarão suas propostas técnicas, que permanecerão sigilosas até a abertura da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

1.8. **REGIME DE EXECUÇÃO:** Contratação Integrada. Execução em regime de risco, **com prazo máximo de execução operacional de 120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço, e remuneração condicionada aos repasses/aportes da COPEL e à aprovação das etapas executadas, nos termos do TCT nº 4600030545, do Diagnóstico Energético aprovado, deste Edital e seus anexos.

1.9. **DATA, HORA E LOCAL DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:**

23/08/2026 às xxhxxmin

UASG: 987487 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA/PR

Local eletrônico da Sessão Pública: www.comprasnet.gov.br

1.10. **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação de empresa especializada para execução do projeto de eficiência energética de iluminação pública do Município de Capanema/PR, selecionado na Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, abrangendo o fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, gestão do projeto, medição e verificação, descarte**



Município de Capanema - PR

de materiais, treinamento, marketing, relatórios, ARTs e demais obrigações previstas no Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e no Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL.

- 2.2. O Edital de Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e seus anexos são partes integrantes e indissociáveis deste Edital para todos os fins de direito, vinculando as partes em todas as suas disposições técnicas, administrativas e operacionais, sem prejuízo da prevalência das regras deste instrumento convocatório em caso de eventual divergência.
- 2.3. A aplicação subsidiária do referido edital de chamada pública se dará, no que couber, especialmente para a compreensão aprofundada sobre:
 - a) A relevância e o contexto dos serviços demandados pela Administração Pública;
 - b) As diretrizes técnicas e operacionais que orientaram a concepção do objeto licitado.
- 2.4. Em caso de divergência, antinomia ou conflito entre as disposições deste edital de Concorrência Pública e aquelas do **Edital de Chamada Pública PEE COPEL 009/2024**, prevalecerão, para todos os fins, as regras e condições estabelecidas neste instrumento convocatório, em estrita observância ao princípio da vinculação ao edital.
- 2.5. A empresa contratada deverá fornecer ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução, devidamente recolhida (paga) e assinada.
- 2.6. **Os serviços deverão ser executados em conformidade com os documentos expedidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, juntamente com o Diagnóstico de Eficiência Energética aprovado que fazem parte do presente edital.**
- 2.7. É vedada a cessão ou transferência integral do objeto. A subcontratação parcial somente será admitida para atividades acessórias, mediante autorização prévia e expressa do Município, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela execução, ARTs, M&V, correções, glosas, descarte, segurança do trabalho e obrigações perante o Município e a COPEL.
- 2.8. Os materiais, equipamentos e técnicas a serem empregados na obra deverão ser de primeira qualidade e dentro das normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, obedecendo às determinações do responsável técnico da obra.
- 2.9. O licitante poderá realizar **VISITA TÉCNICA**, para conhecer os locais da realização das obras. A visita técnica poderá ser realizada até 01 (um) dia útil antes da data fixada para o envio dos documentos de habilitação e propostas, devendo para isso, ser agendada junto ao Setor de Projetos e Engenharia do Município, com o Secretário de Infraestrutura e Urbanismo, Sr. **JAIR CANCI**, através do telefone (46) 3552-1321, no horário de expediente da Prefeitura Municipal: das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:30 horas às 17:30 horas. Após a realização da visita técnica, será redigido termo de visita técnica, sendo que 01 (uma) via deverá ser anexada no sistema ComprasNet.
 - 2.9.1. Caso o licitante desejar não realizar a **VISITA TÉCNICA**, deverá anexar declaração no sistema ComprasNet (conforme o Anexo “X” deste instrumento), que tem pleno conhecimento de todas as condições para a realização do objeto, grau de complexidade existentes para a execução, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a realização das obras.
- 2.10. Para fins deste Edital, a expressão “credenciamento”, quando utilizada em relação ao SICAF, ComprasNet ou sistema eletrônico de compras, refere-se exclusivamente ao cadastramento operacional do interessado e de seu representante no sistema, não se confundindo com o procedimento auxiliar de credenciamento previsto na Lei nº 14.133/2021. A modalidade deste certame é Concorrência.



Município de Capanema - PR

3. DA REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA E PARTICIPAÇÃO NO CERTAME

- 3.1. A Concorrência será realizada por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRASNET.GOV.BR, na página www.comprasnet.gov.br.
- 3.2. A Concorrência será conduzida por servidor(a) público(a) denominado(a) Agente de Contratação, mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração.
- 3.3. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal **COMPRASNET.GOV.BR**, conforme instruções que podem ser obtidas na página www.compras.gov.br ou, ainda, por meio dos telefones **0800 978 9001**.
- 3.4. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal **COMPRASNET.GOV.BR** implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à Concorrência eletrônica.
- 3.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Concorrência eletrônica, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.6. Poderão participar desta Concorrência interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 3.7. Os interessados em participar da Concorrência devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas.
- 3.8. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
 - a) tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
 - b) constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 3.8. alínea “a”, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
 - c) tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 3.8. alínea “b”;
 - d) não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
 - e) mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
 - f) o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
- 3.9. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 3.10. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.
- 3.11. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.
- 3.12. O(a) Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.



Município de Capanema - PR

- 3.13. A empresa responsável pela elaboração do Diagnóstico Energético apresentado e aprovado no âmbito da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024 não ficará impedida de participar da presente Concorrência exclusivamente por esse fato.
- 3.13.1. O Diagnóstico Energético, o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, os anexos técnicos, planilhas, cronogramas e demais documentos necessários à formulação das propostas serão disponibilizados integralmente a todos os licitantes, assegurada a isonomia, a publicidade e a competitividade do certame.
- 3.13.2. Eventuais referências constantes do Diagnóstico Energético a empresas, fornecedores, equipe técnica, ESCO responsável, executores ou prestadores de serviços possuem caráter histórico, técnico, orçamentário ou de submissão do projeto perante a COPEL, não conferindo direito de preferência, exclusividade, pontuação automática, contratação direta ou qualquer vantagem indevida no presente certame.

4. DO ENVIO DAS PROPOSTAS

- 4.1. Antes de realizar o envio da proposta em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:
- a) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;
 - b) a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 4.2. A proposta inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.
- 4.2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Concorrência, em sua forma eletrônica.
- 4.3. A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).
- 4.4. O(a) Agente de Contratação, verificará as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, ANÁLISE E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. O(a) Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.
- 5.3. Todas as especificações do objeto contidas nas propostas vinculam o contratado, quando possuírem características iguais ou superiores às previstas nos documentos técnicos anexos a este Edital.
- 5.4. No valor global aprovado no âmbito do TCT/PEE deverão estar compreendidos todos os custos necessários à execução integral do objeto, incluindo custos operacionais, encargos, materiais, equipamentos, mão de obra, logística, gestão, M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios, ARTs e demais despesas correlatas.



Município de Capanema - PR

- 5.5. A aceitação do valor global e das rubricas aprovadas será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo direito a pleitear acréscimo, compensação, redistribuição ou pagamento com recursos próprios do Município, salvo hipótese formalmente autorizada e compatível com o TCT/COPEL.
- 5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 5.7. Estando o objeto da licitação dividido em lotes ou itens, conforme descrito no Termo de Referência, faculta-se ao licitante a participação em quantos lotes ou itens, respectivamente, forem de seu interesse.
- 5.8. Ao assinar a Proposta inicial, o licitante estará assumindo automaticamente o cumprimento de todas as condições lá estabelecidas, **caso as especificações da proposta estejam iguais ou superiores, quanto à vantajosidade para a Administração, do descrito nos documentos técnicos anexos a este instrumento.**
- 5.9. As propostas na forma e no formato de arquivo padrão disponibilizado pelo sistema, depois de preenchidas, deverá ser emitida em formato digital, e deverá ser encaminhada ao agente de contratação ou comissão de contratação até o momento do Credenciamento, para fins de lançamento no Sistema de julgamento, por e-mail, no endereço eletrônico: licitacao@capanema.pr.gov.br
- 5.10. **O licitante que não atender ao subitem 5.9 será desclassificado.**
- 5.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.
- 5.12. O licitante deverá enviar sua proposta técnica mediante informações a serem preenchidas conforme ANEXO IV, acompanhada dos documentos comprobatórios dos critérios de pontuação. Para fins de pontuação do item 09 da tabela técnica, poderá apresentar Plano de Execução compatível com o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contendo, no mínimo: cronograma executivo detalhado, plano de aquisição e logística dos materiais/equipamentos, plano de mobilização de equipes, veículos, ferramentas e equipamentos, plano de segurança, integração das etapas de instalação, M&V, descarte, marketing, treinamento, relatórios e evidências, bem como plano de mitigação de atrasos e riscos operacionais.
- 5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, onde a mesma ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de análise das propostas.

6. DA HABILITAÇÃO

- 6.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação dos licitantes, o agente de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) SICAF;
 - b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
 - c) Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (<https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/AIL/ConsultarImpedidos.aspx>);
 - d) CNAE (<https://cnae.ibge.gov.br/>);
 - e) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);



Município de Capanema - PR

- f) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça: (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 6.2.1. Constatada a existência de sanção, o agente de contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante poderá ser verificada por meio do SICAF ou outro sistema eletrônico disponível, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, quando for o caso.
- 6.3.1. O interessado, para efeitos de habilitação eletrônica, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 6.3.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
- 6.3.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo agente de contratação ou comissão de contratação lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
- 6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação/esclarecimento daqueles exigidos neste certame e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema ou e-mail, **no prazo de 2 (duas) horas**, ou outro prazo concedido pelo agente de contratação ou comissão de contratação, sob pena de inabilitação.
- 6.5. Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), o licitante deverá apresentar toda a documentação relativa à habilitação, porém, em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.6. A ausência de algum documento ou a não regularização da documentação no prazo estipulado implicará na inabilitação da empresa.
- 6.7. **A HABILITAÇÃO JURÍDICA:**
- a) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
 - b) No caso de sociedade empresária: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;
 - c) No caso de sociedade por ações, Cooperativas e Associações:
 - c.1) ata de fundação, devidamente registrada no órgão competente;
 - c.2) estatuto social ou ato constitutivo, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrados no órgão competente, atualizado;



Município de Capanema - PR

c.3) última ata de eleição e posse de seus administradores e/ou diretoria, devidamente registrado(s) no órgão competente.

- d) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei>.

6.8. A REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil;
- b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Estaduais da sede da pessoa jurídica;
- d) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Municipais da sede da pessoa jurídica;
- e) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos do Município de Capanema, caso a sede da pessoa jurídica seja em outro Município e já possua cadastro junto ao Departamento da Receita Municipal.
- f) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- g) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.8.1. Na hipótese de se tratar de licitante que não possua cadastro prévio junto ao Departamento da Receita Municipal de Capanema/PR, será dispensada a certidão indicada na alínea “e” do subitem 6.8.

6.8.2. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

6.9. A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA do licitante será comprovada pelos seguintes documentos e regras:

6.9.1. Balanço patrimonial, com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos dois exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, observando-se as seguintes regras:

- a) O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinado por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados.
- b) O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O(s) mesmo(s) deverá(ão) ser assinado(s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- c) Quando a data da abertura do certame for superior ao dia 30 de abril do presente ano, somente serão aceitos os balanços dos dois anos imediatamente anteriores.
- d) Os documentos exigidos no item “b” limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.



Município de Capanema - PR

- e) Em caso de empresa que ainda não possua balanço patrimonial e demonstrações contábeis já exigíveis, por serem recém-constituídas, apresentação de cópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou cópia do Livro Diário contendo o Balanço de Abertura, inclusive com os termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

6.9.2. A comprovação da situação financeira da empresa, conforme **Declaração de Capacidade Operacional Financeira** (cf. Modelo do Anexo XII deste Edital), será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG), os quais deverão ser superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG=	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- 6.9.2.1.** Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais.
- 6.9.2.2.** Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, capital mínimo E patrimônio líquido mínimo, da seguinte forma:
- a)** Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e
 - b)** Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
- 6.9.2.3.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 6.9.2.4.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo licitante.
- 6.9.2.5.** A Declaração de Capacidade Operacional Financeira demonstrará a relação dos compromissos assumidos pelo licitante que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados.
- 6.9.3.** **Declaração** de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos



Município de Capanema - PR

de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta (constante no modelo de Declaração Unificada deste Edital).

6.9.4. Declaração de que o licitante e seus sócios não se encontram em estado de insolvência civil, em processo de falência, de dissolução ou liquidação (constante no modelo de Declaração Unificada deste Edital).

6.10. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, com CAT/ART correspondente, que comprove(m) experiência anterior em fornecimento e instalação de luminárias LED para iluminação pública, ou em execução de projeto de eficiência energética envolvendo iluminação pública.
- b) Comprovação de profissional engenheiro eletricista responsável técnico pela execução, com registro no CREA e vínculo com a licitante.
- c) Comprovação de experiência em medição e verificação — M&V — ou indicação de profissional certificado CMVP/PMVA, quando a rubrica e o Diagnóstico Energético exigirem.
- d) Declaração de capacidade para descarte ambientalmente adequado dos materiais substituídos, conforme exigências do Diagnóstico Energético e da COPEL.

6.11. PARA ASSINATURA DO CONTRATO A EMPRESA VENCEDORA DEVERÁ APRESENTAR OS DOCUMENTOS ABAIXO RELACIONADOS:

- a) Apresentar, no prazo de até 5 dias úteis após a assinatura do contrato ou antes da emissão da ordem de serviço, ART de execução emitida por engenheiro eletricista, sem prejuízo de outras ARTs específicas exigidas pela COPEL, pelo TCT e pelo Diagnóstico Energético.

7. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

- 7.1. Não será exigida garantia contratual de execução, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto e o regime jurídico da contratação.
- 7.2. A contratação será realizada em regime de risco, sem ônus financeiro para a Administração, inexistindo pagamento antecipado, adiantamento de valores ou assunção de obrigações financeiras diretas pelo município de Capanema/PR
- 7.3. Eventual remuneração da empresa contratada estará condicionada exclusivamente à aprovação e à execução de projetos no âmbito das chamadas públicas de eficiência energética promovidas pela COPEL, com recursos externos, o que afasta risco financeiro imediato para a Administração.
- 7.4. Em razão da natureza do objeto, da ausência de desembolso financeiro inicial e do baixo risco de inadimplemento ou prejuízo ao erário, a exigência de garantia contratual revelar-se-ia desnecessária e desproporcional, não se mostrando medida adequada ao interesse público.

8. DO MODO DE DISPUTA E CRITÉRIO TÉCNICO

- 8.1. A adoção do critério de julgamento por melhor técnica justifica-se porque o valor global do projeto está previamente delimitado pelo Termo de Cooperação Técnica firmado com a COPEL, não sendo o preço o elemento decisivo de vantajosidade. A vantajosidade decorre da maior capacidade técnica da empresa para executar fielmente o projeto aprovado, evitar glosas, cumprir exigências da COPEL/ANEEL, realizar medição e verificação, gerenciar cronograma, fornecer materiais compatíveis, executar instalação elétrica segura e preservar o resultado energético aprovado.
 - 8.1.1. Também justifica a adoção do critério de melhor técnica a necessidade de seleção de empresa com capacidade técnica, operacional, logística e gerencial suficiente para executar o objeto no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da



Município de Capanema - PR

emissão da Ordem de Serviço, em compatibilidade com o cronograma aprovado no âmbito do PEE/COPEL, com o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, com o Diagnóstico Energético aprovado e com as exigências da COPEL/ANEEL.

- 8.2. Para a classificação das propostas técnicas, serão avaliados critérios objetivos relacionados à experiência anterior da licitante em projetos de eficiência energética, valores de projetos selecionados e executados, qualificação da equipe técnica, certificações e apresentação de Plano de Execução compatível com o prazo máximo obrigatório de 120 (cento e vinte) dias corridos.
- 8.3. A classificação dos licitantes se dará mediante a atribuição de pontuação conforme os critérios estabelecidos na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA
01	Projeto de eficiência energética selecionado em chamada pública do PEE da COPEL-PR representando pessoas jurídicas de direito público.	05 (cinco) pontos por projeto selecionado	25
02	Projeto de eficiência energética selecionado em chamada pública do PEE da COPEL-PR representando ente privado.	03 (três) pontos por projeto selecionado	15
03	Projeto de eficiência energética selecionado em chamada pública do PEE da ANEEL de outras concessionárias, representando pessoas jurídicas de direito público.	04 (quatro) pontos por projeto selecionado	20
04	Projeto de eficiência energética selecionado em chamada pública do PEE da ANEEL de outras concessionárias, representando ente privado.	02 (dois) pontos por projeto selecionado	10
05	Valor financeiro total dos projetos de eficiência energética selecionados e executados pela empresa em chamadas públicas do PEE de concessionárias de energia elétrica, representando pessoas jurídicas de direito público, comprovado através dos resultados oficiais publicados pelas concessionárias, Certidões de Acervo Técnico — CAT/ART correspondentes e Atestados de Capacidade Técnica.	02 (dois) pontos a cada R\$ 500.000,00 completos	10
06	Engenheiro/técnico com certificação CMVP ou PMVA, com vínculo comprovado à empresa.	02 (dois) pontos por profissional	4
07	Profissional com certificação ativa PMP (Project Management Professional), emitida pelo PMI (Project Management Institute), com vínculo comprovado à empresa.	01 (um) ponto por profissional	2
08	Serão aceitas, para fins de pontuação, exclusivamente as seguintes certificações: QualiESCO e ISO 50001, desde que vigentes na data de apresentação da proposta e emitidas em nome da licitante ou de profissional com vínculo comprovado com a licitante.	01 (um) ponto por certificação da empresa ou de profissional comprovadamente vinculado à empresa	4
09	Plano de Execução compatível com o prazo máximo de 120 dias corridos, contendo cronograma executivo, plano de aquisição/logística dos materiais, mobilização de equipe/equipamentos, etapas de instalação, M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios, evidências e plano de mitigação de atrasos.	10 pontos para plano completo, compatível e exequível; 0 ponto para plano ausente, incompleto ou incompatível com o prazo máximo de 120 dias.	10
TOTAL			100 PONTOS



Município de Capanema - PR

- 8.4.** A comprovação da pontuação observará as seguintes regras:
- 8.4.1.** Quanto aos itens 01, 02, 03 e 04, a comprovação ocorrerá mediante apresentação da ata de resultado final da chamada pública emitida pela concessionária de energia, juntamente com a ART do projeto correspondente, desde que os dados e a descrição da ART correspondam claramente ao projeto aprovado na respectiva chamada pública.
 - 8.4.2.** Quanto ao item 05, serão considerados apenas os valores financeiros efetivamente executados pela proponente em projetos selecionados no PEE, conforme conste nos respectivos Atestados de Capacidade Técnica — ACT e/ou CAT/ART correspondentes, observado o limite máximo de 10 (dez) pontos. Somente serão considerados valores completos a cada R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), não sendo admitido arredondamento, proporcionalidade ou fração de pontuação.
 - 8.4.3.** Quanto ao item 06, a comprovação ocorrerá mediante apresentação de certificado CMVP ou PMVA válido e documento que demonstre vínculo do profissional com a licitante.
 - 8.4.4.** Quanto ao item 07, a comprovação ocorrerá mediante apresentação de certificado PMP válido e documento que demonstre vínculo do profissional com a licitante.
 - 8.4.5.** Quanto ao item 08, a comprovação ocorrerá mediante apresentação da certificação QualiESCO ou ISO 50001 vigente, emitida em nome da licitante ou de profissional com vínculo comprovado com a licitante.
 - 8.4.6.** Quanto ao item 09, a comprovação ocorrerá mediante apresentação do Plano de Execução, que deverá conter, no mínimo:
 - a)** cronograma executivo compatível com o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos;
 - b)** plano de aquisição, fornecimento e logística dos materiais e equipamentos;
 - c)** plano de mobilização de equipe, veículos, máquinas, ferramentas e equipamentos;
 - d)** previsão das etapas de instalação, medição e verificação — M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios e apresentação de evidências;
 - e)** plano de mitigação de atrasos e comunicação com a fiscalização municipal e com a COPEL, quando necessário.
 - 8.4.7.** Será atribuída pontuação 0 (zero) no item 09 quando o Plano de Execução não for apresentado, deixar de contemplar qualquer das etapas mínimas previstas no item 8.4.6 ou for incompatível com o objeto, o Termo de Referência, o Diagnóstico Energético aprovado, o TCT nº 4600030545 ou as exigências do PEE/COPEL.
 - 8.4.8.** A apresentação de Plano de Execução com prazo superior a 120 (cento e vinte) dias corridos implicará desclassificação da proposta, por desconformidade com condição essencial deste Edital.
- 8.5.** A pontuação final da empresa será calculada pela soma dos pontos referentes a cada item individual devidamente comprovado, limitada ao total máximo de 100 (cem) pontos.
- 8.6.** Não poderá ser apresentado o mesmo documento para validação de pontos em dois ou mais itens distintos da tabela, salvo quando o próprio Edital expressamente admitir a utilização conjunta do documento para comprovação complementar.
- 8.7.** Será classificada em primeiro lugar a licitante que obtiver a maior pontuação técnica final.
- 8.8.** A proponente deverá apresentar previamente o cálculo detalhado de sua pontuação, acompanhado dos documentos de comprovação referentes a cada item, devidamente organizados por item, bem como o Plano de Execução previsto no item 09 da tabela de pontuação.
- 8.9.** A proponente deverá apresentar previamente o cálculo detalhado de sua pontuação, acompanhado dos documentos de comprovação referentes a cada item, devidamente



Município de Capanema - PR

organizados por item, inclusive quanto ao Plano de Execução previsto no item 09 da tabela de pontuação, quando apresentado.

- 8.10. A pontuação da proposta técnica será analisada pelo Fiscal do Contrato indicado no Termo de Referência, Engenheiro Eletricista, especialmente quanto à documentação técnica apresentada, certificações, CAT/ART, ACT e Plano de Execução, cabendo ao Agente de Contratação a decisão final quanto à classificação das licitantes.

9. DAS REGRAS DE DESEMPATE

- 9.1. Em caso de empate, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021. Persistindo o empate após a aplicação dos critérios legais, será utilizado como critério técnico suplementar a maior pontuação obtida no item 09 da tabela de pontuação — Plano de Execução compatível com o prazo máximo de 120 dias. Persistindo o empate, será utilizada a maior pontuação obtida no item 01 da tabela de pontuação.
- 9.2. Persistindo o empate, será realizado sorteio para a declaração do licitante vencedor.

10. DOS RECURSOS

- 10.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal ou da etapa de apresentação e aceitação de amostras, se cabíveis, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata e motivada, manifestar sua intenção de recorrer.
- 10.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.
- 10.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.4. Os recursos, razões e contrarrazões deverão ser apresentados por meio do sistema eletrônico utilizado para a realização do certame. Excepcionalmente, em caso de indisponibilidade comprovada do sistema, poderão ser recebidos pelo e-mail licitacao@capanema.pr.gov.br, mediante decisão motivada do agente de contratação.
- 10.5. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.
- 10.6. Não havendo recurso, o agente de contratação ou comissão de contratação adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:
- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
 - b) Quando houver erro na análise ou classificação da proposta técnica mais bem pontuada, ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores à fase em que se verificou o vício ou a impossibilidade de contratação.
- 11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



Município de Capanema - PR

- 11.2.1. A convocação se dará por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município e pelo e-mail indicado na Declaração Unificada apresentada por cada licitante.
- 11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na Declaração Unificada de cada licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 12.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, decididos os eventuais recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Chefe do Poder Executivo ou autoridade por ele delegada homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
 - 12.1.1. Após a adjudicação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, no prazo indicado no edital de licitação.
 - 12.1.2. Previamente à formalização da contratação, o órgão público competente poderá realizar consulta nos órgãos cadastrais disponíveis para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público pelo licitante vencedor, bem como verificar a manutenção das condições de habilitação.
 - 12.1.3. Constatado algum impedimento ou suspensão do direito de licitar em nome do licitante vencedor, ou quando este recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o órgão municipal competente poderá convocar o licitante subsequente
- 12.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata, Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 12.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 12.4. Na hipótese de o licitante vencedor não aceitar ou não assinar a contratação, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação técnica, para manifestação de interesse na celebração do contrato nas condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no TCT nº 4600030545, no Diagnóstico Energético aprovado e na proposta técnica originalmente apresentada.
- 12.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará descumprimento total da obrigação assumida e sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.
- 12.6. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto da contratação em consequência de rescisão contratual.
- 12.7. Em havendo paralisação na execução do objeto da contratação, em decorrência de descumprimento e/ou ilícito contratual por parte do contratado, a abertura de processo administrativo sancionador autoriza a Administração iniciar as tratativas com as demais licitantes.
- 12.8. Ressalvadas as hipóteses em que houver a aplicação de medida cautelar administrativa ou a não atribuição de efeito suspensivo ao recurso ou pedido de reconsideração interposto pelo contratado, a efetiva contratação de licitante remanescente, em razão de extinção do contrato, será realizada somente após a publicação da decisão administrativa definitiva.

13. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 13.1. Em se tratando de licitação que não adotar o Sistema de Registro de Preços, após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente.



Município de Capanema - PR

- 13.2. O adjudicatário terá o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 13.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 13.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 13.3. O prazo de vigência da contratação será aquele previsto no Termo de Referência.
- 13.4. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.
- 13.5. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.
- 13.6. Não será exigida garantia contratual de execução, conforme item 7 deste Edital, sem prejuízo das garantias legais dos materiais, equipamentos e serviços executados.
- 13.7. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal do licitante vencedor (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante demonstração dos seus poderes para tal.
- 13.8. A **alocação dos riscos** contratuais respeitará o disposto no Termo de Referência, na minuta contratual ou outro documento inserido na fase interna do processo de contratação, observando-se, de qualquer forma, a assunção dos riscos ordinários do ramo do objeto da contratação pelo Contratado, incluindo todos os denominados fortuitos internos do negócio, devendo observar todas as regras e normas técnicas aplicáveis ao caso.

14. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) dar causa à inexecução total do contrato;
 - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - g) ensejar o retardamento ou atraso da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.



Município de Capanema - PR

- 14.2. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência ou no Contrato, serão observadas as regras básicas previstas neste Edital.
- 14.3. Será(ão) aplicada(s) ao(s) responsável(is) pelo cometimento da(s) infração(ões) administrativa(s) as seguintes sanções:
- a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Capanema/PR;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão público de qualquer ente federado.
- 14.4. A sanção de **ADVERTÊNCIA** será aplicada quando ocorrer as infrações administrativas previstas nas alíneas “a” a “g” do subitem 14.1 deste Edital, quando não se tratar de reincidência e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 14.5. A **MULTA DE MORA**, considerando o objeto da contratação e as informações contidas no Termo de Referência e seus eventuais anexos, sem prejuízo da multa compensatória, observará as seguintes regras:
- a) quando houver prazo para o fornecimento do produto/prestação dos serviços **em horas**, a multa será de **2% (dois por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, por hora de atraso;
 - b) quando houver prazo para o fornecimento do produto/prestação dos serviços **em dias**, a multa será de **5% (cinco por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, por dia de atraso;
 - c) quando houver um **cronograma** para o fornecimento do objeto/prestação dos serviços, a multa será de **até 10% (dez por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, pelo descumprimento do cronograma, sem prejuízo da multa prevista na alínea “b” acima;
 - d) quando se tratar de fornecimento de produto ou de prestação de serviço para um determinado evento, em que haja horário marcado para a realização do fornecimento/execução do serviço, a multa será de **até 10% (dez por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, **por cada 15 (quinze) minutos de atraso**, até o limite de **45 (quarenta e cinco) minutos**.
- 14.5.1. Em todas as hipóteses acima, será tolerado o atraso, com aplicação de multa, até o limite de tempo de atraso correspondente à **30% (trinta por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação. Caso haja extrapolamento do prazo de tolerância, será considerada a inexecução total da contratação.
- 14.5.2. Considerando a natureza do objeto, o cronograma do PEE/COPEL e a necessidade de execução no exercício de 2026, o atraso injustificado no cumprimento do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, ou de qualquer etapa essencial do Plano de Execução aprovado, poderá caracterizar inexecução parcial ou total do contrato, conforme a gravidade, sem prejuízo da aplicação de multa, glosa, retenção de valores, rescisão contratual e responsabilização por perdas e danos.
- 14.5.3. Eventuais atrasos, glosas, rejeições, não validações, não repasses ou penalidades decorrentes de falha de planejamento, deficiência logística, atraso de fornecedor, ausência de equipe, indisponibilidade de materiais, erro técnico, retrabalho ou outro fato imputável à contratada não gerarão obrigação de pagamento com recursos próprios pelo Município.
- 14.6. A **MULTA COMPENSATÓRIA**, sem prejuízo da multa de mora, observará as seguintes regras:



Município de Capanema - PR

- a) **multa de 0,5% (cinco décimos por cento) até 10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do processo de contratação, previsto no item 1.3 deste Edital, de acordo com a gravidade e as consequências da conduta do licitante, por infração a qualquer cláusula ou condição deste Edital, da Ata de Registro de Preços, do Contrato ou do Termo de Referência, não especificada nas alíneas seguintes, aplicada em dobro na reincidência;
 - b) **multa de até 15%** (quinze por cento) sobre o valor estimado do processo de contratação previsto no **item 1.3** deste Edital, no caso de extinção/cancelamento da contratação por ato unilateral da Administração, motivado por culpa do Contratado, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;
 - c) **multa de até 30%** (trinta por cento) sobre o valor estimado do processo de contratação previsto no **item 1.3** deste Edital, quando configurada a inexecução total do fornecimento/prestação.
- 14.7. A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b” a “g” do subitem 14.1 deste Edital, quando houver necessidade ou reincidência e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, o que impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de Capanema/PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “h” a “l” do subitem 14.1 deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas “b” a “g” do subitem 14.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 14.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:
- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou pelo descumprimento das normas federais, estaduais e municipais no desempenho das suas atividades empresariais e/ou profissionais;
 - c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.9. Sem prejuízo da aplicação das medidas cautelares administrativas, as sanções administrativas serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- 14.10. A autoridade julgadora observará o limite máximo de sanções pecuniárias, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do processo de contratação previsto neste Edital.
- 14.11. Na hipótese em que a conduta cometida pelo licitante ou contratado causar prejuízos à Administração Pública municipal ou a terceiros, o valor da indenização será calculado independentemente do limite das multas indicadas acima, devendo o valor da indenização corresponder ao real valor do prejuízo causado.
- 14.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 14.13. As multas aplicadas e as indenizações devidas serão recolhidas em favor do Município de Capanema/PR, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da



Município de Capanema - PR

comunicação enviada pela autoridade competente, ou, em caso de inadimplência, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

- 14.14. Na hipótese de cobrança judicial a que alude o subitem anterior, serão observadas as regras estabelecidas no Código Tributário Municipal para fins de correção monetária e juros, devendo ser acrescidos os honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, e todas as custas e despesas processuais.
- 14.15. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida das fases de instrução e de julgamento do processo administrativo sancionador, porém, somente será aplicada por decisão do Chefe do Poder Executivo municipal, ou por autoridade por ele designada.
- 14.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e em outros sistemas disponibilizados pelos órgãos de controle.
- 14.17. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 14.18. A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 14.19. Aplicam-se às contratações públicas, no que couber, as disposições dos arts. 408 a 416 do Código Civil.
- 14.20. As sanções administrativas contratuais previstas neste item 14 não impedem a aplicação, pela Administração Pública municipal, de outras sanções previstas na Lei nº 12.846, de 2013 e na legislação aplicável.
- 14.21. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 14.22. Em havendo peculiaridades justificáveis, as sanções administrativas observarão as disposições previstas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato Administrativo.

15. DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS

- 15.1. O poder cautelar na seara do processo administrativo sancionador possui as seguintes finalidades:
 - a) garantir o sucesso dos trabalhos instrutórios da Administração;
 - b) o ressarcimento do patrimônio público lesionado pela conduta ilícita do infrator;
 - c) velar pela credibilidade e prestígio do serviço público perante a coletividade;
 - d) garantir a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público por meio das contratações.
- 15.2. As cautelares administrativas próprias são aquelas que podem ser deferidas no âmbito da própria administração pública sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- 15.3. As cautelares administrativas impróprias são aquelas que para serem deferidas no âmbito do processo administrativo sancionador devem ser requeridas pela PGM e autorizadas pelo Poder Judiciário, por meio de medida judicial autônoma, quando presentes as denominadas cláusulas de reserva de jurisdição.
- 15.4. A decisão a respeito da aplicação de medidas cautelares administrativas próprias compete:
 - a) em primeira instância, ao presidente da CJA, *ad referendum* do colegiado;
 - b) em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada.



Município de Capanema - PR

- 15.5. A PGM proporá as medidas judiciais cabíveis para pleitear a aplicação de medidas cautelares administrativas impróprias, quando houver representação do presidente da CJA ou pelo Chefe do Poder Executivo municipal, ou pela autoridade designada.
- 15.6. Em caso de risco iminente, a Administração poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
- 15.7. Em não sendo a hipótese do subitem 15.6 e em se tratando de medida cautelar administrativa própria, o Órgão Central de Contratações Públicas procederá à intimação do licitante ou contratado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação.
- 15.8. Sem prejuízo de outras medidas cautelares administrativas próprias típicas e atípicas, a Administração poderá aplicar as seguintes:
- a) suspensão e retenção do pagamento;
 - b) suspensão do direito de licitar e contratar;
 - c) assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar;
 - d) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;
- 15.9. A medida prevista na alínea “a” do subitem 15.8 aplica-se no âmbito do processo administrativo sancionador, não se confundindo com a suspensão ou a retenção do pagamento pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública no âmbito dos procedimentos de liquidação de despesa e de pagamento, nos termos deste Edital.
- 15.10. Aplicada a medida prevista nas alíneas “c” ou “d” do subitem 15.8, a Administração poderá dar continuidade à execução do objeto da contratação, por execução direta ou indireta, quando cabível.

16. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

- 16.1. Fica assegurado ao Município de Capanema o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.
- 16.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.
- 16.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.
- 16.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.
- 16.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
- 16.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.
- 16.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 16.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal.

17. DA RESPONSABILIDADE DO LICITANTE E DO CONTRATADO

- 17.1. O licitante e o contratado são objetivamente responsáveis, no âmbito civil, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de suas condutas em qualquer fase ou etapa do certame e na execução da contratação.
- 17.2. No âmbito administrativo o licitante e o Contratado são responsáveis pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação.



Município de Capanema - PR

- 17.3. O Contratado será responsabilizado pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução desta Contratação.
- 17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação, bem como de vícios aparentes ou ocultos do objeto adquirido/serviço prestado.
- 17.5. O Contratado responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço/fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 17.6. **O Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC e no Código Civil, além da garantia contratual, prevista no Termo de Referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.**
- 17.7. Incumbe ao Contratado o ônus da prova da origem do vício/defeito do produto/serviço.

18. DAS MEDIDAS DE ANTICORRUPÇÃO, DE COMPLIANCE E DO CONFLITO DE INTERESSES

- 18.1. Em atendimento a Lei nº 12.846/2013, os licitantes devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 18.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:
 - a) **"Prática Corrupta"**: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
 - b) **"Prática Fraudulenta"**: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
 - c) **"Prática Colusiva"**: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representante ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - d) **"Prática Coercitiva"**: Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
 - e) **"Prática Obstrutiva"**:
 - (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas ao representantes do Município ou terceiros, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas alíneas anteriores e na verificação da qualidade e quantidade do objeto da contratação;
 - (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município promover inspeção do objeto/serviço.
- 18.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de qualquer etapa decisória da fase interna da respectiva licitação, de qualquer etapa da fase externa na licitação ou da execução, controle e fiscalização da contratação o agente público municipal que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com pessoa física ou pessoa jurídica, inclusive de sócio ou administrador desta, que pretenda contratar ou que contrate com a Administração, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 18.4. Não poderão participar das contratações, direta ou indiretamente:
 - a) o autor do anteprojeto, do Termo de Referência ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente,



Município de Capanema - PR

gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

- c) a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;
- d) a pessoa física ou jurídica que teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração, no âmbito do processo de contratação subsequente para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa;
- e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;
- g) a pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital de licitação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

18.4.1. Para fins das vedações previstas neste Edital, não se considera impedida a empresa que tenha atuado exclusivamente na elaboração do Diagnóstico Energético apresentado à COPEL no âmbito da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024.

18.5. Configura conflito de interesses após o exercício de cargo, função ou mandado no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo municipais:

- a) a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e
- b) no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria:
 - (i) celebrar com órgãos ou entidades dos Poderes Executivo e Legislativo municipais contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou
 - (ii) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema através do endereço eletrônico <https://www.capanema.pr.gov.br/doe>, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico www.capanema.pr.gov.br/.

19.2. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Capanema não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



Município de Capanema - PR

- 19.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer etapa da licitação.
- 19.4. É facultado ao agente de contratação ou comissão de contratação, à Procuradoria-Geral do Município ou à outra autoridade ou órgão competente, durante a fase externa do processo de contratação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo em momento anterior.
- 19.5. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo agente de contratação.
- 19.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o agente de contratação poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.
- 19.7. Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram, especialmente o Termo de Referência.
- 19.7.1. Em havendo regras específicas e/ou modelo(s) específico(s) de documento(s), expressamente previstos no Termo de Referência, juntado na fase interna, de forma diversa do previsto neste Edital e seus demais anexos, prevalecerão aquelas regras e aqueles documentos específicos, incluindo eventual inversão das etapas da fase externa da licitação.
- 19.8. Salvo as exceções previstas neste Edital e/ou na legislação, os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos ou apresentados após o momento indicado, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 19.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do agente de contratação em sentido contrário.
- 19.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Capanema.
- 19.11. Casos omissos e dúvidas que não gerem divergências entre participantes e a Administração serão resolvidos pelo agente de contratação.
- 19.12. As normas desta **CONCORRÊNCIA** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.
- 19.13. Muito embora os documentos estejam agrupados em anexos separados, todos eles se completam, sendo que a proponente deve, para a apresentação da **PROPOSTA** e **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, bem como dos demais **DOCUMENTOS**, ao se valer do **EDITAL**, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento das fases e etapas deste processo de contratação e na execução da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.
- 19.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência.
ANEXO II	Modelo de Declaração unificada.
ANEXO III	Modelo de Declaração de Enquadramento - ME/EPP.
ANEXO IV	Modelo de proposta técnica e declaração de aceitação do valor global.
ANEXO V	Declaração de responsabilidade técnica.



Município de Capanema - PR

ANEXO VI	Declaração de aceitação da responsabilidade.
ANEXO VII	Declaração de propriedade de aparelhamento e disponibilidade de pessoal técnico para a execução do objeto da licitação.
ANEXO VIII	Modelo de cronograma de utilização de veículos, máquinas e equipamentos.
ANEXO IX	Modelo de Atestado de Visita.
ANEXO X	Modelo forma de dispensa de visita técnica.
ANEXO XI	Declaração de que a proposta compreende a integralidade dos custos.
ANEXO XII	Declaração de capacidade operacional financeira.
ANEXO XIII	Matriz e alocação de riscos.
ANEXO XIV	Minuta do Contrato Administrativo.

Município de Capanema 19 de junho de 2026.

Neivor Kessler
Prefeito Municipal



Município de Capanema - PR

ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

À Agente de Contratação

Município de Capanema, Estado do Paraná

Concorrência nº: XXXXXXXXXX

Objeto da Contratação: ...XX...

I - Pelo presente instrumento e para todos os fins de direito, o LICITANTE, denominado de XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CNPJ sob o nº XXXXXXXXXXXX, sediado(a) no seguinte endereço: XXXXXXXXXXXX, nº XXX, bairro: XXXXXXXX, CEP: XXXXXXXXXXXX, no Município de XXXXXXXXXXXX, com o seguinte endereço eletrônico: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: XXXXXXXXXXXX, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXX, CPF Nº XXXXXXXXXXXX, com função de: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, **DECLARA**:

- a) a ciência e concordância do licitante com as condições contidas no Edital e seus anexos, de que cumpre plenamente as condições e requisitos de participação e de habilitação definidos no Edital e anexos, incluindo os definidos no Termo de Referência, se existirem;
- b) a ciência e concordância do licitante com as obrigações e regras de execução, de fiscalização, de medição, de recebimento e de pagamento previstas no Edital e anexos, assumindo a responsabilidade de cumpri-las e de exigir o seu cumprimento;
- c) que o licitante não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; de que não emprega menores de 16 (dezesesseis) anos; de que caso a proponente empregar menores de 16 (dezesesseis) anos, estes estão contratados na condição de jovem aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- d) que o licitante e os seus sócios e/ou administradores não se encontrem, ao tempo do processo de contratação, impossibilitado(s) de participar da licitação/contratação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;
- e) que o licitante não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- f) que o licitante não integra um grupo econômico, de fato ou de direito, com outro(s) licitante(s) ou contratado(s) deste processo de contratação;
- g) que o licitante, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- h) que inexistem fatos impeditivos para a habilitação do licitante no certame e de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de conflito de interesses previstas na Lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, durante toda a vigência da contratação;
- i) que o orçamento e a proposta comercial apresentados pelo licitante neste processo de contratação foram elaborados de forma independente;



Município de Capanema - PR

- j) que o licitante não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;
- k) que NENHUM sócio e/ou administrador do licitante exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública;
- l) que o licitante não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;
- m) que o licitante e seu(s) sócio(s) não se encontram em estado de insolvência civil, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;
- n) a ciência de que sobre o valor devido ao Contratado, decorrente da presente contratação, serão retidos os valores referentes aos tributos incidentes, conforme o disposto na legislação;
- o) que o licitante assegura ao Município o atendimento às obrigações legais, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, ao que se refere às questões sociais e ambientais e às Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, garantindo a seguridade social de seus empregados, o atendimento à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o cuidado com a saúde e segurança do trabalhador, o combate ao assédio moral e sexual, além da observância e comprometimento com a conservação e preservação do meio ambiente;
- p) ciência de que as vedações indicadas nas alíneas “d”, “e” e “f” também são aplicadas:
 - (i) ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
 - (ii) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, a mesma pessoa física que seja sócia-administradora, ou sócia majoritária, ou sócia exclusiva da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado;
 - (iii) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, o cônjuge, o companheiro ou os filhos do sócio-administrador, ou do sócio majoritário, ou do sócio exclusivo da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado.
- q) declara, caso tenha participado da elaboração do Diagnóstico Energético aprovado no âmbito da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, que sua participação se limitou à elaboração do referido diagnóstico/projeto apresentado à COPEL, não tendo participado da elaboração do Edital, Termo de Referência, minuta contratual, matriz de riscos, critérios de julgamento ou demais documentos da fase interna da presente Concorrência.

II - Para os fins da presente contratação, indicamos as seguintes informações:

- a) o(a) responsável legal da pessoa jurídica, a sua qualificação completa e a sua função na empresa;
- b) em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo de contratação, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a comunicação oficial do Município** seja encaminhada de forma eletrônica, para os seguintes endereços e números:

1 - E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

2 - Telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

3 - Whats App: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

4 - Telegram: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx



Município de Capanema - PR

- c) caso altere os endereços ou números mencionados acima, será protocolizado um pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerada validamente intimada conforme os dados anteriormente fornecidos.

d) Dados Bancários:

Banco(Nome e número) _____

Agência nº _____

Conta Corrente nº _____ -

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)

(Obs.: Utilizar, preferencialmente, papel timbrado do licitante)



Município de Capanema - PR

ANEXO III MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - ME/EPP

Pelo presente instrumento, o(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, sediado(a) no seguinte endereço: **XXXXXXXXXXXX**, nº **XXX**, bairro: **XXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXX**, no Município de **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com o seguinte endereço eletrônico: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: **XXXXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXX**, com função de: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal e demais sanções administrativas aplicáveis, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Declara, ainda, a obtenção de benefícios legais fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratação(ões) com a Administração Pública (União, Estados, Municípios), cujos valores já faturados, somados ao montante que certamente será faturado, no respectivo ano-calendário, não extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Para os fins do disposto no parágrafo anterior, não serão somados como montante que certamente será faturado no respectivo ano-calendário, os valores indicados nas contratações públicas que adotarem o sistema de registro de preços.

Para os fins do disposto acima, as eventuais contratações que a empresa possuir com outros entes federados, com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, somente foi considerado o valor anual do contrato para fins de enquadramento nos limites previstos nos parágrafos acima.

..... de 2026.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

(Obs.: Utilizar, preferencialmente, papel timbrado da licitante)



Município de Capanema - PR

ANEXO IV **MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA E DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO VALOR GLOBAL**

(Identificação da Proponente - razão social, endereço, telefone e CNPJ, etc.)

(Local e data)

À Agente de Contratação

Referente: Edital de Concorrência nº XX/2026

Prezados,

A licitante apresenta sua Proposta Técnica para a Concorrência nº XX/2026, declarando aceitar integralmente o valor global máximo estimado, conforme Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL e planilha de custos, ciente de que a classificação ocorrerá exclusivamente por pontuação técnica, conforme demonstrado no quadro abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO
01	Projeto de eficiência energética selecionado em chamada pública do PEE da COPEL-PR representando pessoas jurídicas de direito público.	05 (cinco) pontos por projeto selecionado	XX
02	Projeto de eficiência energética selecionado em chamada pública do PEE da COPEL-PR representando ente privado.	03 (três) pontos por projeto selecionado	XX
03	Projeto de eficiência energética selecionado em chamada pública do PEE da ANEEL de outras concessionárias, representando pessoas jurídicas de direito público.	04 (quatro) pontos por projeto selecionado	XX
04	Projeto de eficiência energética selecionado em chamada pública do PEE da ANEEL de outras concessionárias, representando ente privado.	02 (dois) pontos por projeto selecionado	XX
05	Valor financeiro total dos projetos de eficiência energética selecionados e executados pela empresa em chamadas públicas do PEE de concessionárias de energia elétrica, representando pessoas jurídicas de direito público, comprovado através dos resultados oficiais publicados pelas concessionárias, Certidões de Acervo Técnico — CAT/ART correspondentes e Atestados de Capacidade Técnica.	02 (dois) pontos a cada R\$ 500.000,00 completos	XX
06	Engenheiro/técnico com certificação CMVP ou PMVA, com vínculo comprovado à empresa.	02 (dois) pontos por profissional	XX
07	Profissional com certificação ativa PMP (Project Management Profissional), emitida pelo PMI (Project Management Institute), com vínculo comprovado à empresa.	01 (um) ponto por profissional	XX
08	Serão aceitas, para fins de pontuação, exclusivamente as seguintes certificações: QualiESCO e ISO 50001, desde que vigentes na data de apresentação da proposta e emitidas em nome da licitante ou de profissional com vínculo comprovado com a licitante.	01 (um) ponto por certificação da empresa ou de profissional comprovadamente vinculado à empresa	XX
09	Plano de Execução compatível com o prazo máximo de 120 dias corridos, contendo cronograma executivo, plano de aquisição/logística dos materiais, mobilização	10 pontos para plano completo, compatível e exequível; 0 ponto para plano ausente, incompleto	XX



Município de Capanema - PR

	de equipe/equipamentos, etapas de instalação, M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios, evidências e plano de mitigação de atrasos.	ou incompatível com o prazo máximo de 120 dias.	
TOTAL			XX PONTOS

O prazo de execução do objeto da licitação é de meses, contados da data da emissão da ordem de serviço pelo Contratante.

O prazo de validade da proposta técnica é de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data limite estabelecida para o recebimento das propostas pela Comissão de Licitações.

Declaramos que aceitamos integralmente os valores, rubricas e limites aprovados no Termo de Cooperação Técnica e no Diagnóstico Energético, sem direito a acréscimo, compensação, redistribuição ou pagamento com recursos próprios do Município, salvo hipótese expressamente autorizada em instrumento formal e compatível com o TCT/COPEL.

Na execução do objeto do edital, observaremos rigorosamente as especificações técnicas brasileiras ou qualquer outra que garanta a qualidade igual ou superior assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos.

Local e data.

Assinatura e Carimbo
(Nome representante legal)

(Obs.: apresentar em papel timbrado da empresa requerente)



Município de Capanema - PR

ANEXO V **DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA**

À Agente de Contratação

Referente: Edital de Concorrência nº xx2026.

Conforme o disposto no edital em epígrafe, declaramos que o responsável técnico pelos serviços, caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nome	Especialidade	CREA/CAU nº	Data do registro	Assinatura do profissional

Declaramos, outrossim, que o profissional acima relacionado pertence ao nosso quadro técnico de profissionais permanentes, com relacionamento junto à empresa, dentro das Leis Trabalhistas vigentes.

Local e data.

Assinatura e Carimbo
(Nome representante legal)

(Obs.: apresentar em papel timbrado da empresa requerente)



Município de Capanema - PR

ANEXO VI
DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DA RESPONSABILIDADE

_____, CPF nº _____
_____, CREA nº _____, declara que é conhecedor das condições
constantes na Concorrência nº XX/2026 e que aceita participar da Equipe Técnica da Empresa
_____, CNPJ nº _____, para a
XX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

_____, _____, ____ de _____ de 2026.

(nome, RG e assinatura do declarante)



Município de Capanema - PR

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADE DE APARELHAMENTO E DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO

Referência:

Município de Capanema - PR

Concorrência nº XX/2026

_____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) do documento de identidade RG nº _____, emitido pela SSP/_____, e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que possui todos equipamentos mínimos e dispõe de pessoal técnico para a execução do objeto da licitação, como por exemplo:

- I. xxxxxx
- II. xxxxxx
- III. xxxxxx
- IV. meios para transporte, acondicionamento e descarte ambientalmente adequado dos materiais substituídos;
- V. instrumentos de medição elétrica;
- VI. EPIs e EPCs compatíveis com NR-10 e NR-35;
- VII. veículo com cesto aéreo ou equipamento equivalente para trabalho em altura;
- VIII. ferramentas e instrumentos para instalação de luminárias.

Local e data.

Assinatura e Carimbo
(Nome representante legal)

(Obs.: apresentar em papel timbrado da empresa requerente)



Município de Capanema - PR

ANEXO VIII
CRONOGRAMA DE UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº XX/2026

ITEM	DESCRIMINAÇÃO DOS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS		PRAZO DE EXECUÇÃO (DIAS)							
			0	0	0	20	50	80	10	40
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
		UTILIZAÇÃO								
		QUANTIDADE								
Carimbo, nome, RG Assinatura do Responsável Legal		Carimbo, nome, RG Assinatura do Profissional- CREA/CAU	Local e data.							

O cronograma de utilização de veículos, máquinas, equipamentos, ferramentas e equipe deverá ser compatível com o prazo máximo de execução operacional de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, contemplando todas as etapas necessárias à execução integral do objeto, incluindo fornecimento, instalação, M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios e evidências.



Município de Capanema - PR

ANEXO IX ATESTADO DE VISITA

Referente: Edital de Concorrência nº XX/2026

Objeto: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Declaramos que o engenheiro....., CREA nº da empresa....., responsável técnico da proponente, devidamente credenciado, visitou o local da execução da obra objeto da Concorrência em epígrafe.

(Local e Data)

(nome, RG/CREA e assinatura do responsável pelo Licitador)



Município de Capanema - PR

ANEXO X

DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPENSA DE VISITA TÉCNICA

Concorrência nº XX/2026

Objeto:

Nome da Empresa:

CNPJ nº:

Endereço Completo:

Fone:

E-mail:

O representante técnico da (inserir o nome da Empresa) Sr. (a) (inserir o nome do representante), devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, DECLARA que renuncia a Visita Técnica aos locais e/ou instalações do objeto licitado, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por este fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem eventuais técnicas e ou financeira para com a contratante.

Xxxx, xx de xxx de 2026

Nome, nº CREA/CAU e assinatura do Responsável Técnico



Município de Capanema - PR

ANEXO XI **MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE A PROPOSTA COMPREENDE A** **INTEGRALIDADE DOS CUSTOS**

Concorrência nº XX/2026

Objeto:

Nome da Empresa:

CNPJ nº:

Endereço Completo:

Fone:

E-mail:

O Signatário da presente,, Carteira de Identidade nº, representante legal, em nome da empresa, CNPJ/MF, declara que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos necessários ao atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta.

Declara, ainda, estar ciente de que os valores unitários e globais estabelecidos no edital encontram-se previamente fixados, sendo vedada qualquer alteração, compensação, redistribuição ou transferência de valores entre itens ou linhas orçamentárias, devendo a empresa cumprir integralmente os preços e condições conforme estabelecidos na planilha de custos e formação de preços do certame, conforme tabela abaixo:

Separação de custo por categoria contábil e origem ex ante		Custos totais do projeto		Origem dos Recursos		
		R\$	%	Recurso do PEE	Recurso de terceiros	Recursos do Consumidor
Custos Diretos – Ex Ante						
Materiais e equipamentos	Previsto	1.551.873,50	72,17	1.551.873,50	-	-
Mão de obra própria	Previsto	77.501,52	3,60	77.501,52	-	-
Mão de obra de terceiros	Previsto	462.455,25	21,51	462.455,25	-	-
Transporte	Previsto	1.000,00	0,05	1.000,00	-	-
Custos diretos	Previsto	2.092.830,27	97,33	2.092.830,27	-	-
Custos Indiretos – Ex Ante						
Administração própria	Previsto	-	0	-	-	-
Marketing	Previsto	5.000,00	0,23	5.000,00	-	-
Treinamento e capacitação	Previsto	15.000,00	0,70	15.000,00	-	-
Descarte de materiais	Previsto	20.848,66	0,97	20.848,66	-	-
Medição e verificação	Previsto	13.940,00	0,65	13.940,00	-	-
Outros custos indiretos	Previsto	2.600,00	0,12	2.600,00	-	-
Custos indiretos	Previsto	57.388,66	2,67	57.388,66	-	-
Custo total do projeto – Ex ante	Previsto	2.150.218,93	100%	2.150.218,93	-	-

Por fim, a empresa compromete-se a executar o objeto licitado de forma plena, observando todos os valores, prazos e especificações previstos no edital e em seus anexos, sob pena de desclassificação, rescisão contratual ou demais sanções administrativas cabíveis.

Xxxx, xx de xxx de 2026

Assinatura e Identificação do Responsável legal da empresa



Município de Capanema - PR

ANEXO XII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE OPERACIONAL FINANCEIRA

Concorrência nº XX/2026

Objeto:

Nome da Empresa:

CNPJ nº:

Endereço Completo:

Fone:

E-mail:

Declaramos, nos termos do § 8º do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, sob as penas da lei, que a pessoa jurídica, estabelecida à, por mim legalmente representada, possui os compromissos assumidos abaixo que importam diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada está em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.

Demonstrações:

1. CÁLCULO DO SALDO CONTRATUAL (SC):

<u>ITEM</u>	<u>Nº do Contrato</u>	<u>Obra ou serviços</u>	<u>Valor do compromisso</u> <u>(R\$)</u>	<u>Valor já faturado</u> <u>(R\$)</u>	<u>Contratante</u>
1					
2					
3					
4					
...					
SOMATÓRIOS (Σ) =					

Σ Valor do compromisso =

Σ Valor já faturado =

SC = Σ Valor do compromisso - Σ Valor já faturado =

ONDE:

SC = Saldo contratual

SC = Diferença entre a somatória dos compromissos e a somatória dos valores já faturados referentes aos compromissos.

2. CÁLCULO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA OPERACIONAL:

Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

DELCARAMOS ainda que, a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, comprometemo-nos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)		
Liquidez corrente (LC) LC = AC / PC		
Solvência geral (SG)		



Município de Capanema - PR

$SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		
-------------------------------------	--	--

AC – Ativo circulante;

RLP – Realizável a longo prazo;

AP – Ativo permanente;

ELP – Exigível a longo prazo;

PC – Passivo circulante;

OBS: Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casa decimais, desprezando-se as demais.

XXXX, xx de xxx de 2026

Representante legal da empresa.....

Nome.....

CPF.....

Nº de registro do órgão de classe (se for o caso).....

Assinatura.....

Contador responsável pela empresa.....

Nome.....

CRC Nº.....

Assinatura.....



Município de Capanema - PR

ANEXO XIII **MATRIZ E ALOCAÇÃO DE RISCOS**

1. FINALIDADE

A presente Matriz de Riscos tem por finalidade identificar, distribuir e disciplinar os principais riscos relacionados à contratação de empresa especializada para execução do projeto de eficiência energética de iluminação pública do Município de Capanema/PR, selecionado na Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, conforme Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL Distribuição S.A., Edital, Termo de Referência e demais anexos.

A alocação de riscos prevista neste Anexo integra o Edital, o Termo de Referência e o Contrato Administrativo, vinculando as partes durante toda a execução contratual.

A contratação será executada em regime de contratação integrada e regime de risco, com remuneração condicionada à efetiva execução das etapas, à aprovação da fiscalização municipal, à validação/liberação pela COPEL Distribuição S.A. e ao repasse dos recursos correspondentes ao Município.

2. PREMISSAS GERAIS

O valor global da contratação corresponde ao montante aprovado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e do Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL Distribuição S.A., servindo como limite máximo de referência e vinculação às rubricas e etapas do PEE/COPEL.

O referido valor não constitui garantia de pagamento integral à Contratada, nem obrigação de desembolso com recursos próprios pelo Município de Capanema/PR.

A Contratada assume os riscos ordinários da atividade empresarial, da execução técnica, da aquisição de materiais, da mobilização de equipe, da logística, da instalação, da medição e verificação, do descarte e da comprovação documental das etapas executadas.

O Município somente repassará à Contratada os valores efetivamente recebidos da COPEL, conforme as etapas executadas, medidas, aprovadas e liberadas, observadas as regras do TCT, do Diagnóstico Energético aprovado e da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024.

Eventuais glosas, rejeições, pendências, retrabalhos, não conformidades, atrasos ou não liberação de recursos pela COPEL, quando decorrentes de ação ou omissão da Contratada, não gerarão direito a pagamento com recursos próprios pelo Município.

3. PROCEDIMENTO EM CASO DE OCORRÊNCIA DE RISCO

A parte que identificar a ocorrência de evento de risco deverá comunicar formalmente a outra parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados de sua ciência, apresentando, sempre que possível:

- a) descrição do evento;
- b) data ou período de ocorrência;
- c) causa provável;
- d) documentos comprobatórios;
- e) impacto no cronograma, custo, qualidade, repasse ou execução;
- f) medidas adotadas ou propostas para mitigação;
- g) indicação da parte responsável, conforme esta Matriz.

A ausência de comunicação tempestiva pela Contratada poderá caracterizar assunção do risco, especialmente quando impedir ou dificultar a atuação preventiva do Município, da fiscalização ou da COPEL.

A ocorrência de risco não autoriza, por si só, alteração de escopo, prazo, valor, rubrica ou



Município de Capanema - PR

metodologia de execução, salvo mediante autorização formal do Município e, quando exigível, anuência da COPEL.

A Contratada deverá adotar imediatamente todas as medidas razoáveis para mitigar danos, evitar paralisações, corrigir inconformidades e preservar a execução do projeto aprovado.

4. MATRIZ DE RISCOS

Nº	Evento de risco	Alocação do risco	Consequência/tratamento
1	Erro, falha ou inconsistência no planejamento da execução elaborado pela Contratada	Contratada	A Contratada deverá corrigir o planejamento, cronograma, documentos ou metodologia, sem custo adicional ao Município.
2	Incompatibilidade entre projeto executivo elaborado pela Contratada e Diagnóstico Energético aprovado	Contratada	Correção obrigatória pela Contratada, sem direito a acréscimo ou repasse com recursos próprios do Município.
3	Alteração unilateral de especificações, potências, quantitativos, pontos de instalação, metodologia de M&V ou rubricas aprovadas	Contratada	A Contratada responderá por glosas, rejeições, retrabalhos, atrasos e não repasses decorrentes.
4	Necessidade de alteração técnica exigida formalmente pela COPEL, sem culpa da Contratada	Compartilhado/ Município e Contratada	A alteração dependerá de aprovação formal do Município e da COPEL. Eventual impacto será tratado por termo aditivo ou apostilamento, conforme o caso, sem obrigação automática de pagamento com recursos próprios municipais.
5	Divergência técnica relevante identificada no Diagnóstico Energético aprovado, não detectável ordinariamente pela Contratada antes da execução	Compartilhado	Deverá ser submetida à fiscalização municipal e, se necessário, à COPEL. O tratamento dependerá da origem da divergência, impacto e autorização formal.
6	Erro de levantamento, medição ou verificação realizado pela Contratada	Contratada	Correção, nova medição, novo relatório, retrabalho e eventual glosa correrão por conta da Contratada.
7	Não atendimento ao PIMVP, PROPEE/ANEEL, Chamada Pública, TCT ou orientações técnicas da COPEL por falha da Contratada	Contratada	A Contratada responderá por correções, glosas, rejeições, não repasses e penalidades decorrentes.
8	Não obtenção de economia energética por erro de projeto executivo, instalação, equipamento ou M&V da Contratada	Contratada	A Contratada deverá corrigir as falhas, substituir equipamentos ou refazer serviços, sem custo adicional ao Município.
9	Não obtenção de economia energética por alteração superveniente de regra da COPEL/ANEEL, sem culpa da Contratada	Compartilhado	Será avaliada a necessidade de adequação técnica, alteração de cronograma ou ajuste formal, sem garantia de pagamento com recursos próprios municipais.
10	Fornecimento de luminárias, materiais ou equipamentos em desconformidade com especificações, certificações, normas ou projeto aprovado	Contratada	Substituição obrigatória, sem custo adicional, sem prejuízo de sanções e glosas.
11	Atraso na entrega de materiais, luminárias, equipamentos ou insumos	Contratada	A Contratada responderá por atrasos, penalidades, custos adicionais e impactos no cronograma, salvo caso fortuito externo devidamente comprovado.
12	Variação de preços de mercado, frete, insumos, mão de obra, tributos ordinários ou custos operacionais da Contratada	Contratada	Não gera direito automático a reequilíbrio, por se tratar de risco ordinário da atividade e contratação em regime de risco.
13	Indisponibilidade de mão de obra, equipe técnica, veículos, equipamentos, ferramentas ou instrumentos de medição da Contratada	Contratada	A Contratada deverá recompor sua equipe e meios de execução sem impacto financeiro ao Município.
14	Acidente de trabalho, falha de segurança, descumprimento de NR-10, NR-35 ou demais normas de segurança	Contratada	Responsabilidade integral da Contratada, incluindo encargos, indenizações, sanções, paralisações e correções.
15	Danos a terceiros, bens públicos, rede elétrica, postes, vias, calçadas, equipamentos ou instalações durante a execução	Contratada	A Contratada deverá reparar integralmente os danos, sem prejuízo de responsabilização administrativa, civil e penal.
16	Necessidade de apoio operacional do Município, acesso a informações, autorização de vias ou documentos sob responsabilidade municipal	Município	Atrasos comprovadamente decorrentes de omissão do Município poderão ensejar reprogramação de prazo, sem pagamento automático.



Município de Capanema - PR

17	Atraso do Município em fornecer documentos indispensáveis que estejam sob sua posse	Município	Poderá ensinar reprogramação do cronograma, desde que comprovado o nexo causal e inexistente culpa da Contratada.
18	Atraso da Contratada na entrega de documentos, relatórios, evidências, ARTs, notas fiscais, fotos, certificados ou comprovantes de descarte	Contratada	Atraso, glosa ou não repasse decorrente será de responsabilidade da Contratada.
19	Falha na emissão ou manutenção de ARTs exigidas	Contratada	A Contratada deverá regularizar imediatamente, respondendo por paralisações, glosas e sanções.
20	Descarte ambiental inadequado de lâmpadas, reatores, luminárias, cabos ou demais resíduos	Contratada	Responsabilidade integral da Contratada por multas, sanções ambientais, indenizações e correções.
21	Ausência de certificado, manifesto ou documento comprobatório de destinação ambientalmente adequada	Contratada	A etapa poderá não ser aceita, ficando o repasse condicionado à regularização documental.
22	Rejeição de etapa pela fiscalização municipal por execução incompleta, irregular ou desconforme	Contratada	Correção obrigatória antes do recebimento e antes de eventual repasse.
23	Rejeição, glosa ou não validação de etapa pela COPEL por culpa da Contratada	Contratada	Não gera obrigação de pagamento com recursos próprios pelo Município; a Contratada arcará com correções e consequências.
24	Atraso da COPEL na análise, validação ou liberação de recursos, sem culpa do Município ou da Contratada	Compartilhado/externo	Não caracteriza mora do Município. O pagamento à Contratada ficará condicionado ao efetivo repasse dos recursos pela COPEL.
25	Não repasse de recursos pela COPEL por motivo não imputável ao Município e não imputável à Contratada	Compartilhado/externo	As partes deverão avaliar medidas administrativas cabíveis junto à COPEL. Não haverá pagamento automático com recursos próprios municipais.
26	Atraso do Município em repassar valores após efetivo recebimento da COPEL e aprovação da etapa	Município	Poderá caracterizar mora do Município, conforme contrato, desde que presentes os requisitos de liquidação e pagamento.
27	Glosa ou saldo decorrente de desconto, economia, redução de custo ou valor não reconhecido pela COPEL	Conforme regra do TCT/COPEL	O valor seguirá as regras do PEE/COPEL e do TCT, não gerando direito automático de apropriação pela Contratada.
28	Erro na proposta técnica ou pontuação apresentada pela licitante	Licitante/Contratada	A licitante responderá pela veracidade e consistência das informações, sujeitando-se à desclassificação ou sanções.
29	Documento falso, inexato ou incompatível apresentado para habilitação, pontuação ou execução	Licitante/Contratada	Aplicação de sanções administrativas, sem prejuízo de responsabilização civil e penal.
30	Descumprimento do cronograma físico-financeiro por culpa da Contratada	Contratada	Aplicação de penalidades, glosas, retenção de repasses e eventual rescisão contratual.
31	Descumprimento do cronograma por ato do Município	Município	Poderá ensinar reprogramação formal, desde que comprovado o nexo causal.
32	Descumprimento do cronograma por exigência superveniente da COPEL	Compartilhado/externo	Poderá ensinar reprogramação, desde que aprovada pelo Município e, quando exigível, pela COPEL.
33	Paralisação decorrente de ordem de autoridade pública sem culpa das partes	Compartilhado/força maior	Tratamento conforme caso concreto, podendo ensinar reprogramação de prazo.
34	Caso fortuito ou força maior externo, imprevisível e inevitável, que impeça temporariamente a execução	Compartilhado	Poderá ensinar suspensão ou prorrogação de prazo, mediante comprovação e autorização formal.
35	Fortuito interno da atividade empresarial da Contratada, incluindo falha de fornecedor, equipe, transporte, gestão ou logística	Contratada	Não gera reequilíbrio nem prorrogação automática, salvo situação excepcional comprovada.
36	Roubo, furto, perda ou avaria de materiais/equipamentos sob guarda da Contratada antes do recebimento	Contratada	Reposição ou reparo pela Contratada, sem custo adicional ao Município.
37	Vandalismo ou dano praticado por terceiro após instalação e antes do recebimento da etapa	Compartilhado, salvo prova em contrário	A Contratada responde até o recebimento da etapa, salvo comprovação de culpa exclusiva de terceiro e aceitação pela fiscalização.
38	Vandalismo ou dano praticado por terceiro após recebimento definitivo da etapa	Município/caso concreto	A responsabilidade será avaliada conforme garantias, causa do dano e momento do recebimento.
39	Defeito de fabricação, vício oculto ou baixa qualidade de luminárias/equipamentos fornecidos	Contratada	A Contratada deverá acionar garantia e substituir/reparar, sem prejuízo da responsabilidade direta perante o Município.



Município de Capanema - PR

40	Falha de desempenho dos equipamentos dentro do prazo de garantia	Contratada	Correção, substituição ou reparo pela Contratada, observadas garantias legais, contratuais e de fábrica.
41	Alteração legislativa, normativa ou regulatória que impacte diretamente a execução sem culpa das partes	Compartilhado	Poderá ensejar ajuste formal, reprogramação ou revisão das obrigações, conforme impacto e aprovação competente.
42	Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais ou ambientais da Contratada	Contratada	Responsabilidade integral da Contratada, sem transferência ao Município.
43	Falha de comunicação interna, ausência de preposto ou não atendimento às notificações da fiscalização	Contratada	Poderá ensejar advertência, multa, glosa, retenção ou outras sanções.
44	Erro, atraso ou omissão na prestação de informações técnicas à COPEL por culpa da Contratada	Contratada	A Contratada responderá por glosas, retrabalhos, atrasos e consequências perante o Município.
45	Necessidade de correção de documentos ou evidências exigidas pela COPEL por falha documental da Contratada	Contratada	Correção obrigatória, sem custo adicional e sem direito a pagamento até regularização.
46	Alteração de local, ponto ou quantitativo por determinação expressa do Município sem anuência da COPEL	Município	O Município assumirá os riscos decorrentes, salvo se a alteração for recusada pela Contratada por desconformidade técnica ou pelo TCT.
47	Execução de serviço não autorizado pelo Município ou não previsto no projeto aprovado	Contratada	Não será devido pagamento; a Contratada responderá por correção, desfazimento, glosa e sanções.
48	Incompatibilidade técnica identificada pela Contratada antes da execução e não comunicada tempestivamente	Contratada	A Contratada assumirá os custos e consequências da omissão.
49	Falha de fiscalização municipal que não tenha contribuído para o dano ou glosa	Contratada	A fiscalização não afasta a responsabilidade da Contratada pela correta execução do objeto.
50	Falha de fiscalização municipal que tenha determinado execução desconforme, por ordem formal, contra manifestação técnica da Contratada	Município/ compartilhado	Será avaliada a responsabilidade conforme documentação, ordem formal e nexos causal.

5. RISCOS QUE NÃO ENSEJAM REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Não ensejarão reequilíbrio econômico-financeiro, prorrogação automática de prazo ou pagamento adicional com recursos próprios do Município, entre outros:

- erro de estimativa da Contratada;
- falha de planejamento, logística, equipe ou fornecedor da Contratada;
- variação ordinária de preços de materiais, frete, mão de obra ou insumos;
- necessidade de retrabalho por erro da Contratada;
- glosa da COPEL decorrente de falha, omissão ou desconformidade da Contratada;
- atraso na entrega de documentos, relatórios, ARTs, evidências ou notas fiscais pela Contratada;
- fornecimento de equipamento incompatível ou sem certificação exigida;
- descarte ambiental irregular ou insuficientemente comprovado;
- não obtenção dos resultados energéticos por erro técnico da Contratada;
- ausência de profissional, equipe, veículo, ferramenta ou equipamento necessário à execução.

6. RISCOS QUE PODERÃO ENSEJAR AJUSTE FORMAL

Poderão ensejar reprogramação de prazo, alteração contratual, apostilamento ou outro ajuste formal, conforme o caso e desde que devidamente comprovados:

- alteração formal exigida pela COPEL;
- alteração superveniente de norma técnica, regulatória ou legal;
- caso fortuito ou força maior externo;
- atraso do Município em fornecer documento ou autorização indispensável;
- alteração formal do escopo aprovada pelo Município e pela COPEL;



Município de Capanema - PR

- f) paralisação determinada por autoridade pública sem culpa da Contratada;
- g) divergência relevante no Diagnóstico Energético aprovado, não detectável ordinariamente antes da execução.

Qualquer ajuste dependerá de processo administrativo próprio, justificativa técnica, manifestação da fiscalização, autorização da autoridade competente e, quando aplicável, aprovação formal da COPEL.

7. RESPONSABILIDADE POR GLOSAS E NÃO REPASSES

A Contratada será integralmente responsável por glosas, rejeições, não validações, não repasses ou retenções de valores pela COPEL quando decorrentes de:

- a) execução em desconformidade com o Diagnóstico Energético aprovado;
- b) alteração não autorizada de equipamentos, quantidades, potências, metodologia ou rubricas;
- c) ausência ou insuficiência de documentos e evidências;
- d) falha em M&V;
- e) descarte irregular ou não comprovado;
- f) atraso ou omissão na apresentação de relatórios;
- g) não atendimento às orientações formais da fiscalização municipal ou da COPEL;
- h) descumprimento do TCT, da Chamada Pública ou das normas do PEE/ANEEL.

Nessas hipóteses, o Município não realizará pagamento com recursos próprios à Contratada.

8. RESPONSABILIDADE POR PRAZOS

A Contratada será responsável pelo cumprimento do cronograma físico-financeiro aprovado, inclusive quanto à mobilização, aquisição de materiais, instalação, M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios e apresentação de evidências.

O atraso da Contratada que comprometer o prazo do TCT, a validação da COPEL ou o repasse dos recursos poderá ensejar aplicação de sanções, glosas, retenções, rescisão contratual e responsabilização por perdas e danos.

O prazo poderá ser reprogramado somente mediante justificativa técnica, autorização formal do Município e, quando exigível, anuência da COPEL.

A contratada será responsável pelo cumprimento do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos e do cronograma físico-financeiro aprovado, inclusive quanto à mobilização, aquisição de materiais, instalação, M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios e apresentação de evidências.

O atraso da contratada que comprometer o prazo do TCT, a validação da COPEL, a liberação dos recursos, a execução no exercício de 2026 ou a regularidade do projeto perante o PEE/ANEEL poderá ensejar sanções, glosas, retenções, rescisão contratual e responsabilização por perdas e danos.

Não constituem risco do Município os atrasos decorrentes de falha de planejamento, atraso de fornecedor, deficiência logística, indisponibilidade de materiais, ausência de equipe, falta de veículos/equipamentos, erro técnico, retrabalho ou outro fortuito interno da atividade empresarial da contratada.

9. RESPONSABILIDADE POR ALTERAÇÕES TÉCNICAS

É vedada a alteração unilateral de especificações, quantitativos, marcas/modelos equivalentes, potências, pontos de instalação, metodologia de M&V, cronograma, rubricas ou demais condições aprovadas no Diagnóstico Energético e no TCT.

Qualquer alteração técnica deverá ser previamente justificada pela Contratada, analisada pela fiscalização municipal e submetida à aprovação formal do Município e, quando exigível, da COPEL.

Alterações executadas sem autorização formal serão de responsabilidade exclusiva da



Município de Capanema - PR

Contratada, inclusive quanto a glosas, retrabalhos, rejeições e não repasses.

10. DISPOSIÇÕES FINAIS

A presente Matriz de Riscos não exclui outras responsabilidades previstas no Edital, Termo de Referência, Contrato Administrativo, TCT nº 4600030545, Diagnóstico Energético aprovado, Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, legislação aplicável e normas técnicas pertinentes.

A fiscalização, o recebimento provisório ou definitivo, a validação de etapas ou o repasse de valores não afastam a responsabilidade da Contratada por vícios, defeitos, falhas técnicas, glosas, inconsistências, danos ou descumprimentos constatados posteriormente.

Os riscos não expressamente previstos nesta Matriz serão alocados conforme sua natureza, causa, previsibilidade, controle, nexos causal e responsabilidade da parte que lhes deu origem.

A Contratada declara, ao apresentar sua proposta, ter pleno conhecimento da presente Matriz de Riscos, aceitando integralmente a alocação de responsabilidades aqui estabelecida.

Jair Canci

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo



Município de Capanema - PR

ANEXO XII

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, com sede na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o sr. Neivor Kessler, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **XXXXXXXXXXXX**, sediado(a) no seguinte endereço: **XXXXXXXXXXXX**, nº **XXX**, bairro: **XXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXXXXX**, no Município de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com o seguinte endereço eletrônico: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: **XXXXXXXXXXXX**, a seguir denominado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CPF Nº **XXXXXXXXXX**, com função de: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo de Contratação da Concorrência nº XX/2026** e em observância às disposições da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições enunciadas neste instrumento.

ÓRGÃO GESTOR DO CONTRATO:

Secretaria Municipal de **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. RESUMO: Contratação de empresa especializada para execução do projeto de eficiência energética de iluminação pública do Município de Capanema/PR, selecionado na Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, abrangendo o fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, gestão do projeto, medição e verificação, descarte de materiais, treinamento, marketing, relatórios, ARTs e demais obrigações previstas no Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e no Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL.

1.2. A contratação compreende a execução integral das ações previstas no Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL e no Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, incluindo fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, gestão do projeto, medição e verificação, descarte de materiais, treinamento, marketing, relatórios, ARTs, evidências e demais obrigações necessárias à aprovação das etapas e ao recebimento dos repasses do PEE.

1.3. DESCRIÇÃO DO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Item	Descrição do produto/serviço	Marca/Modelo	Unidade	Quantidade estimada	Preço total estimado: (R\$)
1	Contratação de empresa especializada (ESCO) para execução de ações de eficiência energética na iluminação pública do Município de Capanema/PR, no âmbito do PEE da COPEL Distribuição S.A.	XXX	1	SERV	R\$ 2.150.218,93

****A CONTRATADA declara estar ciente de que o valor global deste Contrato corresponde ao montante aprovado no Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e no Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL Distribuição S.A., servindo apenas como limite máximo de referência e vinculação às rubricas e etapas do PEE/COPEL. O referido valor não constitui garantia de pagamento integral, nem obrigação de desembolso com recursos próprios pelo Município de Capanema/PR.**

1.4. Vinculam este Contrato Administrativo, independentemente de transcrição:

- o Termo de Referência;
- o Edital da Licitação;
- a Proposta do contratado;
- eventuais anexos dos documentos supracitados.



Município de Capanema - PR

1.4.1. Eventual conflito de informações constantes nos documentos mencionados acima, prevalecerá aquele que for mais vantajoso para o Contratante, observada a boa-fé.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto desta contratação deve ser fornecido/prestado pelo Contratado respeitando-se o disposto no Termo de Referência, no instrumento convocatório, se cabível, na proposta e de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

2.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como as condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato, devendo ser observado o prazo máximo de execução operacional de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço.

2.2.1. O prazo de execução operacional de 120 (cento e vinte) dias corridos não se confunde com o prazo de vigência contratual, que será de 12 (doze) meses, conforme Cláusula Terceira deste Contrato.

2.3. Os projetos/serviços serão elaborados/executados pela **CONTRATADA** segundo as especificações da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, o Edital que originou este Contrato e seus anexos, bem como toda documentação correlata confeccionada pela COPEL.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da presente contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da emissão e assinatura deste instrumento pelo Prefeito Municipal.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E FORMAS DE PAGAMENTO

4.1. O valor total máximo da contratação é de R\$ 2.150.218,93 (dois milhões, cento e cinquenta mil e duzentos e dezoito reais e noventa e três centavos).

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/executados em estrita observância ao Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545.

4.4. O Município de Capanema/PR não fará nenhum pagamento com recursos próprios à **CONTRATADA** e repassará os recursos cedidos pela concessionária de energia elétrica – COPEL, da execução do objeto da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024 e do Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545.

4.5. Em caso de verificação de inconformidade entre a execução e o projeto original durante as medições realizadas pela fiscalização do Município ou da COPEL, a Contratada assume o risco de não recebimento do repasse dos recursos do PEE, até que as inconformidades sejam corrigidas dentro do prazo vigente.

4.6. O prazo para o início e conclusão das etapas deverá seguir o definido nos editais das Chamadas Públicas e nos Termos de Cooperação Técnica celebrados entre o Município de Capanema/PR e a COPEL, se for o caso.

4.7. A Contratada deverá prestar seus serviços em total conformidade com o Regulamento da Chamada Pública da COPEL com recursos do PEE a fundo perdido e com todas as disposições constantes 'Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE' elaborado pela "Agência Nacional



Município de Capanema - PR

de Energia Elétrica - ANEEL”, disponíveis no site <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-aneel-n-920-de-23-de-fevereiro-de-2021>- 306209537 (versão aprovada pela Resolução Normativa ANEEL n° 920, de 23 de fevereiro de 2021).

4.8. A Contratada deverá realizar os levantamentos, diagnósticos, medições e verificações conforme o “Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance” - PIMVP - Janeiro de 2012 - EVO IOOOO - 1:2012 (Br) e o “Guia de Medição e Verificação para o Programa de Eficiência Energética Regulado pela ANEEL”, realizados por profissional com Certificação CMVP (Certified Measurement & Verification Professional) da AEE (Association of Energy Engineers) ou PMVA (Performance Measurement and Verification Analyst) da EVO (Efficiency Valuation Organization).

5. CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. O Contratado obriga-se a respeitar as condições e a cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, além das seguintes obrigações gerais:

5.1.1. Executar os serviços conforme especificações contidas na Chamada Pública PEE COPEL 009/2024 e disposições do Termo de Referência, do Edital de Concorrência e seus anexos, bem como na sua proposta, sendo vedada a subcontratação ou terceirização do objeto desta Concorrência.

5.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento.

5.1.3. Fornecer as informações sobre consumo de energia, faturas e dados de usos finais, bem como realizar relatório M&V pelo período de 12 (doze) meses, de todos os usos finais envolvidos na(s) proposta(s) de projeto(s) visando atender os requisitos obrigatórios dos editais de Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética.

5.1.4. Acatar as recomendações da fiscalização da CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado.

5.1.5. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários.

5.1.6. Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

5.1.7. Cumprir todas as definições e obrigações constantes no edital e anexos, assumindo totalmente os riscos e as despesas decorrentes da implementação integral dos objetos do contrato.

5.1.8. Prestar seus serviços em total conformidade com os regulamentos das Chamadas Públicas, ANEEL, COPEL e legislação vigente, com todas as disposições constantes no regulamento do Programa de Eficiência Energética – PEE.

5.1.9. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os arts. 14 e 17 a 27, Lei Federal nº 8.078/1990, substituindo, reparando ou corrigindo, às suas expensas, no prazo fixado nos editais, todo material e equipamento previsto em projeto que apresentar avarias ou defeitos.

5.1.10. Comunicar à Contratante, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência em relação à data da entrega definida, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

5.1.11. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a empresa e sua equipe no edital.

5.1.12. Responder formalmente a todos os questionamentos providos da Concessionária COPEL durante a execução do projeto, assumindo a responsabilidade absoluta por justificar e/ou corrigir possíveis incongruências apontadas entre a proposta de projeto e a execução desta, arcando, inclusive, com multas e penalidades emitidas.



Município de Capanema - PR

5.1.13. Relatar à contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

5.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.1.15. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.

5.1.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

5.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

- a) alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- b) superveniências de fato excepcional ou imprevisível, ou previsível de consequências incalculáveis, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do contrato;
- c) retardamentos na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- d) aumentos das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos por esta Lei;
- e) impedimento de execução do contrato por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência;
- f) omissão ou atraso de providências a cargo da Administração de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

5.2. Obrigações da Contratante:

5.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Edital de Concorrência e seus anexos.

5.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

5.2.3. Comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

5.2.4. Comunicar, por escrito, ao contratado a não prestação dos serviços, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste edital ou na proposta do projeto apresentado.

5.2.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, por meio de servidores especialmente designados.

5.2.6. Efetuar o repasse financeiro à Contratada após recebê-lo da Concessionária, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de acordo com a medição de cada etapa da execução, no prazo e forma estabelecidos no edital e anexos.

5.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.2.8. Adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência



Município de Capanema - PR

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS CASOS DE EXTINÇÃO

6.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

- 6.1.1.** por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 6.1.2.** de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; OU
- 6.1.3.** por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

6.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

6.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

6.4. O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Gestão do Contrato.

7.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/termo de compromisso, poderá acarretar penalidade à Contratada, já que deve cumprir os prazos do cronograma do edital da COPEL.

7.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1.5. Após a assinatura do contrato/termo de compromisso ou outro instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

7.2. Preposto.

7.2.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.2.2. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços, sempre que solicitado pelo licitante

7.2.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.3. Fiscalização.

7.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

7.3.2. O fiscal do contrato é o servidor público da Administração Pública municipal designado pela autoridade competente, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços.



Município de Capanema - PR

7.3.3. O fiscal do contrato deverá registrar, em instrumento próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, adotando ou solicitando as providências necessárias à correção de falhas, inconsistências ou descumprimentos contratuais eventualmente verificados.

7.3.4. A função de fiscal do contrato será atribuída a servidor designado, com conhecimento compatível com o objeto contratado, competindo-lhe auxiliar o gestor do contrato na fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos, especialmente para:

- I.** esclarecer dúvidas administrativas e técnicas relacionadas à elaboração, apresentação e acompanhamento dos projetos de eficiência energética junto à COPEL;
- II.** acompanhar e verificar o cumprimento das etapas previstas no termo de compromisso e no contrato, especialmente quanto à entrega de diagnósticos energéticos, propostas técnicas, documentos e informações exigidas no âmbito da Chamada Pública PEE;
- III.** registrar formalmente as ocorrências relevantes, inclusive por meio de notificações, relatórios técnicos ou atas de reuniões;
- IV.** verificar a conformidade dos produtos técnicos apresentados com as diretrizes do edital das Chamadas Públicas PEE COPEL e com as exigências legais e regulamentares aplicáveis;
- V.** acompanhar os prazos e obrigações assumidos pela contratada perante o Município e a COPEL;
- VI.** manter interlocução com o representante ou preposto da contratada, promovendo reuniões sempre que necessário para alinhamento, esclarecimentos ou solução de pendências;
- VII.** manifestar-se tecnicamente sobre eventuais pedidos de alteração contratual;
- VIII.** atestar o cumprimento das obrigações contratuais para fins de reconhecimento de êxito do projeto, quando aplicável;
- IX.** propor à autoridade competente a instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade, se constatadas irregularidades;
- X.** realizar o recebimento do objeto contratual, na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, quando cabível;
- XI.** exercer outras atividades compatíveis com a natureza do objeto contratado.

7.3.5. A fiscalização da execução contratual será realizada por meio de instrumentos de controle que permitam, no que couber:

- I.** a verificação do cumprimento dos prazos estabelecidos para apresentação dos produtos técnicos;
- II.** a adequação técnica dos diagnósticos e projetos apresentados às exigências da Chamada Pública PEE;
- III.** o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- IV.** a regularidade da comunicação e do acompanhamento junto à COPEL;
- V.** a observância das normas legais, regulamentares e editais aplicáveis.

7.4. Gestor do Contrato.

7.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato/termo de compromisso contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato/termo de compromisso, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.4.2. O gestor do contrato é o gerente funcional, designado pela autoridade competente, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato/termo de compromisso, desde sua concepção até a finalização.



Município de Capanema - PR

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. As questões decorrentes do presente instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, na Comarca de Capanema/PR.

8.2. Este contrato é regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

E assim, foi lavrado o presente instrumento, que vai assinado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor Neivor Kessler, e pelo(a) **Sr.(a) -----**, representante do Contratado.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia **xx** de **xxxxxxx** de 2026.

Neivor Kessler
Prefeito Municipal

XXXXXXX
Representante Legal do Contratado



Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) DEFINITIVO

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) INTERESSADO(S) E AGENTES PÚBLICOS

1.1. ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1. Órgão gestor: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA.

1.2. RESPONSÁVEL(EIS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

1.2.1. Jair Canci.

2. DA MODALIDADE E DO FORMATO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1.1. A escolha da empresa contratada será realizada mediante **Concorrência**, adotando-se o critério de julgamento **melhor técnica**, de acordo com a proposta apresentada pelas licitantes e a respectiva pontuação obtida, conforme critérios estabelecidos neste instrumento, em seus anexos e no Edital. A modalidade mostra-se adequada em razão da complexidade técnica do objeto, que envolve elaboração de projeto executivo e execução integrada de solução de eficiência energética no âmbito do PEE da COPEL Distribuição S.A., exigindo avaliação criteriosa da qualificação técnica dos licitantes para assegurar a adequada execução do contrato. A adoção do critério de julgamento por **melhor técnica** também se justifica pela necessidade de seleção de empresa com capacidade técnica, operacional, logística e gerencial suficiente para executar o objeto dentro do prazo máximo de **120 (cento e vinte) dias corridos**, em compatibilidade com o cronograma aprovado no âmbito do PEE/COPEL, com o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, com o Diagnóstico Energético aprovado e com as exigências da COPEL/ANEEL, evitando atrasos, glosas, rejeições, penalidades, perda de repasses ou comprometimento da execução do projeto no exercício de 2026.

2.2. DA FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.2.1. Eletrônica.

3. RESUMO DO OBJETO

3.1. Contratação de empresa especializada para execução do projeto de eficiência energética de iluminação pública do Município de Capanema/PR, selecionado na Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, abrangendo o fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, gestão do projeto, medição e verificação, descarte de materiais, treinamento, marketing, relatórios, ARTs e demais obrigações previstas no Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e no Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL.

4. ESTIMATIVA DA DEMANDA, QUANTIDADES E VALORES DO OBJETO

Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	UN	Valor global aprovado no TCT/PEE (R\$)	Valor máximo de referência vinculado ao TCT (R\$)
1	72659	Contratação de empresa especializada (ESCO) para execução de ações de eficiência energética na iluminação pública do Município de Capanema/PR, no âmbito do PEE da COPEL Distribuição S.A.	1	SERV	R\$ 2.150.218,93	R\$ 2.150.218,93
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO					R\$ 2.150.218,93	
**O valor indicado corresponde ao valor global aprovado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e do Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL, não constituindo parâmetro para disputa de preços, uma vez que o julgamento ocorrerá pelo critério de melhor técnica.						

4.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Avenida Brasil, 39 - Centro - 85.760-000 - Fone: (46) 3552-2126
CNPJ nº 75.972.760/0001-60 - www.capanema.pr.gov.br

Página: 1



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

O objeto da contratação consiste na execução integral do projeto de eficiência energética de iluminação pública do Município de Capanema/PR, selecionado na Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, conforme Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL Distribuição S.A. e Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, abrangendo o fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, gestão do projeto, medição e verificação, descarte de materiais, ações de marketing, treinamento e capacitação, emissão de ARTs, elaboração de relatórios, apresentação de evidências e demais atividades necessárias à plena execução e aprovação das etapas do projeto.

O projeto aprovado tem por finalidade a modernização do parque de iluminação pública do Município de Capanema/PR, mediante substituição de luminárias de tecnologia antiga por luminárias LED de alta eficiência, com vistas à redução do consumo de energia elétrica, redução de demanda no horário de ponta, melhoria da eficiência energética e atendimento aos requisitos técnicos da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024.

Conforme Diagnóstico Energético aprovado, o projeto contempla a unidade consumidora de iluminação pública nº 8845794, vinculada ao Município de Capanema/PR, classificada na tipologia Iluminação Pública, com funcionamento estimado no período de 18h36 às 06h36, durante 365 dias por ano. O diagnóstico informa que o parque de iluminação pública possui 3.352 luminárias e que o projeto contempla a substituição de 1.151 luminárias de tecnologia antiga, de vapor de sódio e vapor de mercúrio, por luminárias LED de alta eficiência.

A execução deverá observar integralmente as especificações, quantitativos, parâmetros técnicos, metodologia de medição e verificação, cronogramas, rubricas orçamentárias, documentos de validação e demais condições constantes do Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL, do Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e do Edital da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024.

A contratada deverá executar, no mínimo, as seguintes atividades técnicas:

1. GESTÃO TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO PROJETO:

A contratada deverá realizar a gestão integral do projeto, incluindo planejamento, mobilização de equipe, controle de cronograma, controle de entregas, preparação de documentos, atendimento às exigências da fiscalização municipal e da COPEL, elaboração de relatórios e organização das evidências necessárias à validação das etapas.

A gestão deverá observar o cronograma físico-financeiro aprovado no Diagnóstico Energético e as etapas mínimas exigidas pela Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, incluindo licitação/contratação de serviços, aquisição de materiais e equipamentos, instalação, descarte, ações de marketing, treinamento, M&V e relatório final. O edital da chamada prevê expressamente etapas mínimas para cronograma físico e financeiro, incluindo contratação de serviços, aquisição de materiais/equipamentos, instalação, descarte, marketing, treinamento, relatório de M&V e relatório final.

2. FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS:

A contratada deverá fornecer todos os materiais, equipamentos, acessórios, ferramentas, ferragens, cabos, conectores, dispositivos de fixação e demais insumos necessários à execução integral do projeto, em conformidade com o Diagnóstico Energético aprovado, com o Termo de Cooperação Técnica e com as normas técnicas aplicáveis.

As luminárias LED e demais componentes deverão atender às especificações constantes do Diagnóstico Energético, às normas da ABNT, aos requisitos da COPEL, aos requisitos do PEE/ANEEL e às condições de segurança, eficiência, durabilidade, desempenho luminotécnico e compatibilidade elétrica exigidas para iluminação pública.

Os materiais e equipamentos deverão ser novos, sem uso anterior, de primeira qualidade, acompanhados de documentação técnica, manuais, certificados, notas fiscais, garantias de fábrica e demais documentos exigidos pela fiscalização municipal, pela COPEL ou pelo Diagnóstico Energético.

3. INSTALAÇÃO DAS LUMINÁRIAS E COMPONENTES:

A contratada deverá executar a substituição das luminárias existentes abrangidas pelo projeto, com remoção dos equipamentos antigos e instalação das luminárias LED aprovadas, observando os



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

pontos, quantitativos, potências, características técnicas, padrões de montagem e demais parâmetros definidos no Diagnóstico Energético.

A instalação deverá ser realizada por equipe tecnicamente qualificada, sob responsabilidade de engenheiro eletricista, com emissão da respectiva ART de execução, observando as normas de segurança do trabalho, normas de instalações elétricas, normas de trabalho em altura, normas de trânsito quando aplicável e demais regulamentações técnicas pertinentes.

A execução deverá preservar a conformidade do projeto aprovado perante a COPEL, sendo vedada a substituição de equipamentos, alteração de quantitativos, alteração de características técnicas ou modificação do escopo aprovado sem autorização prévia e formal do Município e, quando exigível, anuência da COPEL.

4. MEDIÇÃO E VERIFICAÇÃO — M&V:

A contratada deverá executar as atividades de medição e verificação do projeto, conforme metodologia prevista no Diagnóstico Energético, no PIMVP, no PROPEE/ANEEL, na Chamada Pública PEE COPEL 009/2024 e nas orientações da COPEL.

As atividades de M&V deverão demonstrar os resultados energéticos obtidos com a execução do projeto, incluindo redução de consumo, redução de demanda, comprovação da linha de base, medições ex ante e ex post, registros técnicos, cálculos, relatórios, evidências e demais informações necessárias à validação do projeto.

O TCT exige, como obrigação vinculada ao projeto, a apresentação de ART de elaboração do diagnóstico, ART de execução e ART de medição e verificação antes do início dos respectivos serviços.

5. DESCARTE DOS MATERIAIS SUBSTITUÍDOS:

A contratada deverá realizar o recolhimento, transporte, armazenamento temporário, destinação e descarte ambientalmente adequado dos materiais substituídos, especialmente lâmpadas, reatores, luminárias, cabos, ferragens e demais componentes retirados do parque de iluminação pública.

O descarte deverá observar a legislação ambiental aplicável, normas técnicas pertinentes, orientações do Diagnóstico Energético, exigências da COPEL e requisitos do PEE/ANEEL, devendo a contratada apresentar os certificados, comprovantes, manifestos ou documentos equivalentes que comprovem a destinação ambientalmente correta dos resíduos.

6. TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO:

A contratada deverá executar as ações de treinamento e capacitação previstas no Diagnóstico Energético aprovado, destinadas aos públicos definidos no projeto, abordando temas relacionados à eficiência energética, uso racional da energia elétrica, iluminação pública eficiente, conservação de energia e demais conteúdos exigidos pela COPEL.

O Diagnóstico Energético de Capanema prevê ações de treinamento e capacitação, incluindo cursos sobre técnicas de redução de energia na iluminação e sobre o PEE, dicas de economia na residência e eficiência energética no trabalho.

7. MARKETING E DIVULGAÇÃO:

A contratada deverá executar as ações de marketing e divulgação previstas no Diagnóstico Energético e exigidas pela Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, observando a identidade visual, regras de divulgação, materiais informativos, registros fotográficos e demais exigências da COPEL e da ANEEL. As peças, materiais e ações de marketing deverão ser submetidas à aprovação do Município e, quando aplicável, da COPEL, antes de sua execução ou divulgação.

8. RELATÓRIOS, EVIDÊNCIAS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA:

A contratada deverá elaborar, organizar e apresentar todos os relatórios, evidências, registros fotográficos, documentos técnicos, boletins, medições, memórias de cálculo, notas fiscais, certificados, ARTs, comprovantes de descarte, listas de presença de treinamentos, materiais de divulgação, relatórios de M&V e relatório final necessários à validação das etapas do projeto perante o Município e a COPEL.

A Chamada Pública PEE COPEL 009/2024 possui fluxo próprio de execução, monitoramento e controle dos projetos, incluindo relatório mensal, boletim de medição, pagamento, lista de evidências, solicitação de alteração, padronização de envio de relatório mensal e encerramento do projeto.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

A execução integral do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da emissão da Ordem de Serviço, compreendendo todas as etapas técnicas, operacionais, documentais e administrativas necessárias à plena execução e validação do projeto perante o Município e a COPEL, incluindo elaboração de documentos técnicos, fornecimento de materiais e equipamentos, instalação, comissionamento, M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios e apresentação de evidências.

4.2. DA VINCULAÇÃO AOS DOCUMENTOS TÉCNICOS APROVADOS:

A execução do objeto deverá observar, obrigatoriamente:

- a) o Edital da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024;
- b) o Resultado Final da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024;
- c) o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545;
- d) o Diagnóstico Energético aprovado pela COPEL;
- e) os anexos técnicos do projeto aprovado;
- f) o PROPEE/ANEEL;
- g) o PIMVP, no que couber à M&V;
- h) as normas da ABNT aplicáveis à iluminação pública, instalações elétricas, segurança e desempenho;
- i) as normas regulamentadoras de segurança do trabalho, especialmente as relacionadas a eletricidade e trabalho em altura;
- j) as orientações formais emitidas pela COPEL durante a execução do projeto.

O Termo de Cooperação Técnica estabelece que o projeto aprovado integra o instrumento como Anexo II — cópia do projeto elaborado pelo consumidor e apresentado à COPEL — e que os itens que compõem o valor global e o valor de repasse encontram-se detalhados no referido anexo.

4.3. DAS ALTERAÇÕES TÉCNICAS:

É vedada a alteração unilateral de especificações, quantitativos, marcas/modelos equivalentes, potências, pontos de instalação, metodologia de M&V, cronograma, rubricas ou demais condições aprovadas no Diagnóstico Energético e no Termo de Cooperação Técnica.

Qualquer necessidade de alteração técnica deverá ser previamente justificada pela contratada, analisada pela fiscalização municipal e submetida à aprovação formal do Município e, quando exigível, à anuência da COPEL, antes de sua execução.

A contratada será responsável por eventuais glosas, rejeições, retrabalhos, penalidades, atrasos ou não repasses decorrentes de alterações não autorizadas, execução em desconformidade, ausência de evidências ou descumprimento das exigências técnicas do projeto aprovado.

4.4. DO RESULTADO ESPERADO:

A execução deverá resultar na modernização do sistema de iluminação pública contemplado no Diagnóstico Energético aprovado, mediante substituição das luminárias indicadas no projeto por luminárias LED de alta eficiência, com atendimento aos indicadores de economia de energia, redução de demanda, desempenho técnico, segurança, qualidade luminotécnica, descarte ambientalmente adequado, capacitação, divulgação, M&V e demais metas estabelecidas no projeto aprovado pela COPEL.

5. MODELO E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. CONDIÇÕES GERAIS:

5.1.1. A contratação será realizada sob o regime de contratação integrada, cabendo à contratada elaborar os projetos técnicos necessários à execução, incluindo projeto básico, projeto executivo, detalhamentos, memoriais, estudos luminotécnicos, planos de execução, plano de M&V e demais documentos complementares, sempre em estrita compatibilidade com o Diagnóstico Energético aprovado, o TCT nº 4600030545 e as exigências da COPEL.

5.1.1.1. A execução deverá observar integralmente:



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

- a) O Diagnóstico Energético aprovado no âmbito do PEE da COPEL Distribuição S.A.;
 - b) O Termo de Cooperação Técnica firmado;
 - c) As normas da ANEEL aplicáveis ao Programa de Eficiência Energética;
 - d) Normas técnicas da ABNT e exigências da concessionária.
- 5.1.2.** O prazo máximo para execução operacional do objeto será de **120 (cento e vinte) dias corridos**, contados da emissão da Ordem de Serviço pelo Município, devendo ser observado também, o prazo máximo previsto no Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, o cronograma físico-financeiro aprovado pela COPEL, o Diagnóstico Energético aprovado, o Edital da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, o PROPEE/ANEEL e as orientações formais da COPEL.
- 5.1.2.1.** O prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos compreenderá, no mínimo:
- a) elaboração, apresentação e aprovação dos documentos técnicos necessários à execução;
 - b) elaboração do projeto básico, projeto executivo, detalhamentos, memoriais, estudos luminotécnicos e demais documentos complementares;
 - c) apresentação e aprovação do Plano de Execução;
 - d) apresentação e aprovação do Plano de Medição e Verificação — M&V;
 - e) fornecimento dos materiais, equipamentos, acessórios e demais insumos;
 - f) mobilização de equipe técnica, veículos, ferramentas e equipamentos;
 - g) execução das substituições/instalações das luminárias e componentes;
 - h) comissionamento e testes operacionais;
 - i) medição e verificação inicial e final, quando aplicável;
 - j) descarte ambientalmente adequado dos materiais substituídos;
 - k) ações de treinamento e capacitação;
 - l) ações de marketing e divulgação;
 - m) elaboração e entrega de relatórios, registros fotográficos, evidências, ARTs, documentos de M&V, comprovantes de descarte e demais documentos exigidos pelo Município, pela COPEL e pelo PEE/ANEEL.
- 5.1.2.2.** O prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos constitui prazo máximo obrigatório de execução operacional, não se tratando de mera estimativa. Eventual prorrogação ou reprogramação somente será admitida mediante justificativa técnica devidamente comprovada, autorização formal da Administração e, quando exigível, aprovação formal da COPEL.
- 5.1.2.3.** Não serão admitidas como justificativa suficiente para prorrogação de prazo as situações decorrentes de falha de planejamento da contratada, atraso de fornecedores, ausência ou insuficiência de equipe, indisponibilidade de materiais, deficiência logística, falta de veículos, máquinas, equipamentos ou ferramentas, erro de dimensionamento, retrabalho por falha técnica ou outros fortuitos internos da atividade empresarial da contratada.
- 5.1.3.** A execução terá início mediante emissão formal da Ordem de Serviço pelo Município, após:
- a) Assinatura do contrato;
 - b) Apresentação das ARTs correspondentes;
 - c) Apresentação do cronograma físico-financeiro detalhado;
- 5.1.4.** A contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato:
- a) Plano de Execução detalhado compatível com o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos;
 - b) Plano de trabalho detalhado;
 - c) Cronograma físico-financeiro detalhado, preferencialmente em etapas semanais ou quinzenais;



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

- d) Plano de aquisição, fornecimento, armazenamento e logística dos materiais e equipamentos;
- e) Plano de mobilização de equipes, veículos, máquinas, ferramentas e equipamentos;
- f) Plano de Medição e Verificação — M&V;
- g) Relação de equipe técnica responsável;
- h) Especificações técnicas definitivas dos equipamentos;
- i) Plano de segurança do trabalho, contemplando NR-10, NR-35 e demais normas aplicáveis;
- j) Estratégia de descarte, treinamento, marketing, relatórios e entrega de evidências.

5.1.4.1. O início das atividades operacionais dependerá da aprovação formal desses documentos pela fiscalização do contrato, sem que tal aprovação implique prorrogação automática do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos.

5.1.5. A execução dos serviços deverá observar:

- a) Atendimento integral ao projeto executivo aprovado;
- b) Utilização de materiais novos e certificados;
- c) Cumprimento das normas de segurança do trabalho (NR-10, NR-35 e demais aplicáveis);
- d) Organização, sinalização e segurança das áreas de intervenção;
- e) Destinação ambientalmente adequada dos materiais substituídos.

5.1.6. Todos os serviços deverão ser executados por profissionais habilitados, com responsabilidade técnica formalizada por meio de ART.

5.2. DA CONFIDENCIALIDADE DOS SERVIÇOS:

5.2.1. O Contratado se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução dos serviços descritos no Edital de Concorrência.

5.2.2. O Contratado deverá manter sigilo dos dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias do Município de Capanema que lhe sejam, voluntária ou involuntariamente, reveladas, fornecidas, comunicadas, adquiridas (seja verbalmente ou por escrito, forma eletrônica, textos, desenhos, fotografias, gráficos, projetos, plantas ou sob qualquer outra forma), independentemente da classificação de sigilo conferida a tais documentos, devendo abster-se de copiar, reproduzir, vender, ceder, licenciar, comercializar, transferir ou de outra forma alienar, divulgar ou disponibilizar tais informações a terceiros, tampouco utilizá-las para quaisquer fins não atinentes ao objeto da contratação.

5.2.3. O Contratado deverá indenizar, defender e assegurar ao Município de Capanema quaisquer perdas, danos, custos, despesas, responsabilidades, ações, reclamações e procedimentos decorrentes, direta ou indiretamente, do descumprimento das obrigações de sigilo, sem prejuízo das medidas liminares ou cautelares cabíveis em relação ao seu descumprimento efetivo ou potencial.

5.2.4. As obrigações de sigilo subsistirão ao término da prestação de serviços ou em caso de rescisão contratual.

6. OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S) NA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. OBRIGAÇÕES GERAIS:

6.1.1. Aplicam-se as obrigações gerais do Contratado estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo naquilo que não conflitarem com o descrito neste Termo de Referência.

6.2. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATADO:

6.2.1. Executar o objeto contratual em conformidade com o Diagnóstico Energético aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE da COPEL Distribuição S.A., com o Termo de Cooperação Técnica firmado, com o Termo de Referência, com a proposta apresentada e com as normas técnicas aplicáveis.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

- 6.2.2. Elaborar o projeto básico e executivo de engenharia, incluindo memoriais descritivos, memoriais de cálculo, especificações técnicas, estudos luminotécnicos, desenhos técnicos e demais documentos necessários à perfeita execução do objeto.
- 6.2.3. Emitir e manter vigentes as Anotações de Responsabilidade Técnica (ARTs) referentes à elaboração dos projetos e à execução dos serviços.
- 6.2.4. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, transporte, logística e demais insumos necessários à execução integral do objeto.
- 6.2.5. Garantir que todos os materiais e equipamentos fornecidos sejam novos, atendam às normas da ABNT, às certificações do INMETRO, às exigências da concessionária e aos requisitos técnicos do PEE.
- 6.2.6. Executar os serviços com estrita observância às normas de segurança do trabalho, especialmente às disposições das NR-10, NR-35 e demais normas regulamentadoras aplicáveis.
- 6.2.7. Responsabilizar-se integralmente pela qualidade técnica dos serviços executados e pelo desempenho energético das soluções implantadas.
- 6.2.8. Elaborar e executar o Plano de Medição e Verificação (M&V), conforme diretrizes do Protocolo Internacional de Medição e Verificação de Performance (PIMVP) e exigências do PEE.
- 6.2.9. Realizar o comissionamento do sistema implantado, promovendo testes operacionais, ajustes técnicos e validação do pleno funcionamento das instalações.
- 6.2.10. Apresentar relatórios técnicos, financeiros e fotográficos de acompanhamento e conclusão dos serviços, conforme exigido pelo Município e pelo PEE.
- 6.2.11. Cumprir rigorosamente o prazo máximo **de 120 (cento e vinte) dias corridos**, contado da emissão da Ordem de Serviço, bem como o Plano de Execução, o cronograma físico-financeiro aprovado, o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, o Diagnóstico Energético aprovado, as regras do PEE/ANEEL e as orientações formais da COPEL, comunicando formalmente qualquer fato superveniente que possa impactar a execução, sem prejuízo da adoção imediata de medidas de mitigação.
 - 6.2.11.1. A contratada será responsável por atrasos, glosas, rejeições, retrabalhos, não validações, não repasses, penalidades ou prejuízos decorrentes do descumprimento do prazo máximo de execução, quando resultantes de ação, omissão, falha de planejamento, falha logística, insuficiência de equipe, atraso de fornecedor, ausência de materiais, erro técnico ou outro fato imputável à contratada.
- 6.2.12. Responsabilizar-se por eventuais danos causados ao Município ou a terceiros decorrentes da execução contratual.
- 6.2.13. Providenciar a destinação ambientalmente adequada dos materiais e equipamentos substituídos, em conformidade com a legislação ambiental vigente.
- 6.2.14. Submeter previamente à aprovação da fiscalização qualquer alteração técnica necessária à execução do objeto.
- 6.2.15. Garantir os equipamentos e serviços executados pelo prazo mínimo estabelecido no edital e no contrato, comprometendo-se a reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, eventuais vícios ou defeitos constatados.
- 6.2.16. Permitir e facilitar a fiscalização pelo Município, franqueando acesso a documentos, canteiros de obra e instalações relacionadas à execução do objeto.
- 6.2.17. O Contratado deverá apresentar os comprovantes de responsabilidade técnica junto CREA, e, quando tecnicamente aplicável, CAU, do profissional que executou o serviço, para cada serviço ou projeto, na entrega final dos mesmos, ficando as despesas decorrentes destes ou outros emolumentos e taxas a cargo da mesma.
- 6.2.18. O Contratado deverá tratar de todos os assuntos técnicos pertinentes ao presente contrato junto à FISCALIZAÇÃO da SEINFRA, inclusive para participar de reuniões, apresentações



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

e outros eventos demandados pela SEINFRA no âmbito de suas dependências ou fora dela, e que responderá formalmente em todas as tratativas técnicas entre as partes.

- 6.2.19.** Os projetos, documentos técnicos, relatórios, memoriais, arquivos e demais produtos elaborados no âmbito da contratação passarão a integrar o acervo técnico-documental do Município, que poderá utilizá-los para os fins da execução, fiscalização, prestação de contas, manutenção e continuidade do projeto, preservados os direitos morais de autoria e a responsabilidade técnica do profissional subscritor, nos termos da legislação aplicável.

6.2.19.1. No caso de omissão do Autor, desde que comprovadas as tentativas de contato, o Município estará previamente autorizado a ajustes com o intuito exclusivo de adequação legal e às normas técnicas.

- 6.2.20.** Responsabilizar-se por todos os levantamentos necessários à elaboração dos projetos.
- 6.2.21.** Responsabilizar-se por quaisquer multas, indenizações ou despesas porventura impostas ao Município de Capanema por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pelo Contratado, as quais serão reembolsadas ao Município, que ficará, de pleno direito, autorizado a descontar, de qualquer pagamento devido ao Contratado, o valor correspondente.
- 6.2.22.** Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo e confidencialidade sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais de quaisquer pessoas físicas ou jurídicas envolvidas na prestação dos serviços contratados, relativos ao que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, relacionados ou não com o objeto do contrato, mesmo após o término deste.
- 6.2.23.** Não utilizar o nome do Contratante em quaisquer atividades de divulgação de sua profissão, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios e outros meios, salvo nas ações de marketing e divulgação previamente aprovadas pelo Município e/ou pela COPEL no âmbito do projeto.
- 6.2.24.** Não se pronunciar em nome do Contratante a órgãos da imprensa ou clientes, agentes promotores ou a mutuários sobre quaisquer assuntos relativos à sua atividade, bem como sobre os serviços a seu cargo.
- 6.2.25.** Não elaborar serviço que não esteja enquadrado em alguma das atividades estabelecidas pelo Edital ou que não tenha sido demandado pelo Contratante.

6.3. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE:

- 6.3.1.** Fornecer toda a documentação necessária a correta prestação do serviço por parte do Contratado.
- 6.3.2.** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.
- 6.3.3.** Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade ou distorção encontrada na execução dos serviços.
- 6.3.4.** Manifestar-se formalmente quanto à aprovação dos projetos.
- 6.3.5.** Repassar à contratada, após o recebimento dos recursos da COPEL e observadas as validações cabíveis, os valores correspondentes às etapas efetivamente executadas e aprovadas, nos termos do TCT nº 4600030545 e das regras do PEE.

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

7.1. CONDIÇÕES GERAIS:

- 7.1.1.** Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

7.2. FISCALIZAÇÃO:

- 7.2.1.** A contratação será acompanhada por gestor do contrato e fiscal do contrato, especialmente designados pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 7.2.2.** A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

- I. Gestor do Contrato:** Jair Canci, Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, responsável pela coordenação administrativa da execução contratual, adoção de providências gerenciais, controle de prazos, encaminhamentos formais, comunicações institucionais e decisões administrativas relacionadas à execução do contrato.
- II. Fiscal do Contrato:** Matheus Gustavo Schwan, Engenheiro Eletricista, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, especialmente quanto à conformidade técnica dos materiais, equipamentos, instalação, ARTs, relatórios, medição e verificação, descarte, evidências, cronograma físico-financeiro e atendimento às exigências do Diagnóstico Energético, do Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545 e da COPEL.

FUNÇÃO	SERVIDOR(A)	CARGO	PROVIMENTO	LOTAÇÃO	E-MAIL
Fiscal do Contrato	Matheus Gustavo Schwan	Engenheiro Eletricista	PSS	SEINFRA	-
Gestor da Contratação	Jair Canci	Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo	Comissionado	SEINFRA	-

- 7.2.3.** Considerando a natureza eminentemente técnica do objeto, que envolve execução de projeto de eficiência energética em iluminação pública, fornecimento e instalação de luminárias LED, instalações elétricas, medição e verificação de resultados energéticos, emissão e análise de ARTs, acompanhamento de relatórios técnicos e atendimento às exigências do Programa de Eficiência Energética da COPEL, a fiscalização contratual demanda conhecimento técnico especializado em engenharia elétrica. O Município de Capanema/PR não dispõe, em seu quadro de servidores efetivos, de profissional ocupante do cargo de engenheiro eletricista ou servidor com formação técnica equivalente apto a realizar a fiscalização especializada do objeto. Diante disso, designa-se o servidor Matheus Gustavo Schwan, Engenheiro Eletricista, contratado pelo regime PSS e lotado na SEINFRA, para atuar como Fiscal do Contrato, em razão de sua formação técnica compatível com o objeto, sem prejuízo da supervisão administrativa pelo Gestor do Contrato e da autoridade competente.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

8.1. CONDIÇÕES GERAIS:

- 8.1.1.** Aplicam-se as condições gerais de recebimento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

8.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

- 8.2.1.** O recebimento do objeto ocorrerá por etapas e ao final da execução, mediante verificação da conformidade dos serviços, materiais, relatórios, evidências, ARTs, documentos de M&V, comprovantes de descarte, registros fotográficos, certificados e demais documentos exigidos pelo Diagnóstico Energético, TCT e COPEL.
- 8.2.2.** O recebimento provisório de cada etapa dependerá da conferência pela fiscalização municipal. O recebimento definitivo ficará condicionado à correção de pendências, à aprovação dos documentos técnicos e, quando aplicável, à validação da etapa pela COPEL.
- 8.2.3.** O recebimento pelo Município não afasta a responsabilidade da contratada por vícios, defeitos, glosas, inconsistências técnicas, rejeições pela COPEL ou descumprimentos constatados posteriormente.

9. DO PAGAMENTO

9.1. CONDIÇÕES GERAIS:

- 9.1.1.** Aplicam-se as condições gerais de pagamento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

9.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

Avenida Brasil, 39 - Centro - 85.760-000 - Fone: (46) 3552-2126
CNPJ nº 75.972.760/0001-60 - www.capanema.pr.gov.br

Página: 9



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

- 9.2.1. O Município de Capanema/PR não realizará pagamento com recursos próprios à contratada.
- 9.2.2. A remuneração da contratada ocorrerá exclusivamente mediante repasse dos recursos do Programa de Eficiência Energética — PEE/COPEL, conforme valores, rubricas, etapas, medições, validações e liberações previstas no Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, no Diagnóstico Energético aprovado e nas regras da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024.
- 9.2.3. O repasse à contratada ficará condicionado à execução da etapa correspondente, à apresentação dos documentos, relatórios, evidências, notas fiscais, ARTs e demais comprovações exigidas, à aprovação da fiscalização municipal e, quando aplicável, à validação/liberação pela COPEL.
- 9.2.4. Glosas, rejeições, pendências, inconformidades ou não liberação de recursos pela COPEL decorrentes de falha, atraso, omissão ou execução desconforme pela contratada não gerarão obrigação de pagamento com recursos próprios pelo Município.
- 9.2.5. Eventuais saldos, descontos, economias, glosas ou valores não repassados pela COPEL observarão as regras do TCT e da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024

10. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. A contratação não implicará desembolso ordinário de recursos próprios do Município, uma vez que os pagamentos à contratada ocorrerão mediante repasse dos recursos disponibilizados pela COPEL no âmbito do PEE, conforme TCT nº 4600030545. A indicação contábil/orçamentária observará o parecer contábil competente, especialmente para fins de registro, controle e eventual trânsito financeiro dos recursos vinculados.

11. DAS JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

11.1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A presente contratação mostra-se necessária para viabilizar a implementação do Projeto de Eficiência Energética no sistema de iluminação pública do Município de Capanema/PR, conforme Diagnóstico Energético previamente aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e operacionalizado pela COPEL Distribuição S.A., formalizado por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado entre as partes.

O Diagnóstico Energético aprovado constitui documento técnico vinculante do projeto selecionado, servindo como base obrigatória para os projetos complementares, detalhamentos executivos, plano de execução, plano de M&V e demais documentos necessários à implantação, sendo vedada sua descaracterização sem autorização formal do Município e, quando exigível, da COPEL.

A execução do objeto aprovado no âmbito do PEE exige a elaboração de projetos técnicos completos, fornecimento de equipamentos certificados, realização das substituições e adequações elétricas, comissionamento do sistema e posterior medição e verificação dos resultados energéticos, em conformidade com as diretrizes da ANEEL e da concessionária distribuidora. O Município não dispõe, em seu quadro técnico permanente, de estrutura especializada, equipe técnica multidisciplinar ou capacidade operacional para desenvolver internamente tais atividades com o grau de complexidade exigido, o que torna imprescindível a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e conservação de energia.

A não realização da contratação inviabilizaria a implementação do projeto aprovado, podendo resultar na perda da oportunidade de modernização do sistema de iluminação pública e no comprometimento dos benefícios energéticos e financeiros previstos, além de eventual descumprimento das obrigações assumidas no Termo de Cooperação Técnica. Dessa forma, a contratação revela-se medida necessária, adequada e alinhada ao interesse público, garantindo a correta aplicação dos recursos vinculados ao PEE, a melhoria da infraestrutura urbana e a promoção da eficiência energética no âmbito municipal.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

A fixação do prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos justifica-se em razão da necessidade de compatibilizar a execução contratual com o cronograma aprovado no âmbito da Chamada Pública PEE COPEL 009/2024, com o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, com o Diagnóstico Energético aprovado e com as exigências regulatórias do Programa de Eficiência Energética da ANEEL.

O projeto envolve recursos vinculados ao PEE/COPEL, execução por etapas, apresentação de evidências, medição e verificação, descarte, relatórios, validações e liberação de repasses, de modo que atrasos na execução podem comprometer o cronograma global do projeto, ocasionar glosas, rejeições, retenções, penalidades, perda de repasses ou prejuízo à plena execução do objeto aprovado.

Considerando que a publicação do edital, a fase de julgamento, a homologação, a assinatura contratual e a emissão da Ordem de Serviço demandam prazo administrativo próprio, a redução do prazo operacional de execução mostra-se necessária, proporcional e compatível com o interesse público, a fim de assegurar a conclusão das atividades sob responsabilidade da contratada dentro do exercício de 2026.

A exigência do prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos não constitui restrição indevida à competitividade, pois decorre da natureza do projeto, do cronograma do PEE/COPEL, do regime de contratação integrada, da necessidade de execução tempestiva e da responsabilidade da futura contratada pela adequada mobilização de equipe, fornecimento de materiais, instalação, M&V, descarte, treinamento, marketing, relatórios e evidências.

11.2. DO ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO:

A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico da Administração Municipal, especialmente no que se refere à modernização da infraestrutura urbana, à melhoria da eficiência energética e à redução de despesas públicas com consumo de energia elétrica. A implementação do Projeto de Eficiência Energética no sistema de iluminação pública está em consonância com as diretrizes administrativas voltadas à sustentabilidade, à economicidade e à melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à população.

Embora a contratação não esteja formalmente prevista no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, tal ausência não compromete sua legitimidade nem seu alinhamento ao planejamento institucional, uma vez que se trata de contratação vinculada à execução de projeto aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela ANEEL e operacionalizado pela COPEL Distribuição S.A., cuja implementação depende de procedimentos técnicos e formais específicos. O PCA possui natureza programática e orientadora, não constituindo instrumento impeditivo à realização de contratações supervenientes devidamente justificadas e vinculadas ao interesse público.

A contratação decorre de política pública já definida e aprovada, com recursos vinculados e objeto delimitado por Termo de Cooperação Técnica, configurando investimento estratégico na modernização do parque de iluminação pública municipal. Sua execução contribui diretamente para o cumprimento de metas de eficiência energética, racionalização de gastos e melhoria da prestação de serviços urbanos, estando plenamente compatível com o planejamento administrativo e orçamentário vigente.

Dessa forma, ainda que não prevista expressamente no PCA 2026, a contratação está alinhada às prioridades institucionais do Município e fundamenta-se em necessidade concreta e vinculada à execução de projeto previamente aprovado, atendendo ao interesse público e aos princípios da eficiência, planejamento e boa gestão administrativa.

11.3. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO, COM OS DETALHES E REQUISITOS TÉCNICOS NECESSÁRIOS:

A descrição do objeto da presente contratação foi estruturada de forma detalhada e técnica para assegurar a adequada implementação do Projeto de Eficiência Energética aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela ANEEL e operacionalizado pela



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

COPEL Distribuição S.A., garantindo a plena execução das etapas necessárias à obtenção dos resultados energéticos previstos no Diagnóstico Energético aprovado e no Termo de Cooperação Técnica firmado.

O objeto foi definido de maneira abrangente para contemplar não apenas a execução física da substituição de luminárias, mas também a elaboração do projeto básico e executivo, o fornecimento de materiais e equipamentos certificados, a realização das adequações técnicas necessárias, o comissionamento do sistema implantado e a medição e verificação dos resultados energéticos obtidos. Tal estrutura é indispensável porque o diagnóstico aprovado constitui etapa preliminar, exigindo detalhamento técnico posterior para assegurar conformidade com as normas da ABNT, regulamentos da concessionária e diretrizes da ANEEL aplicáveis ao PEE.

Os requisitos técnicos estabelecidos na descrição do objeto observam parâmetros de eficiência energética, desempenho luminotécnico, vida útil dos equipamentos, fator de potência, índice de proteção, certificações obrigatórias e exigências de segurança elétrica, assegurando que os equipamentos a serem instalados atendam aos padrões regulatórios e às especificações mínimas necessárias para garantir economia de energia e durabilidade do sistema. A exigência de elaboração de projeto executivo com estudos luminotécnicos detalhados decorre da necessidade de compatibilização técnica entre o diagnóstico aprovado e a realidade operacional do parque de iluminação pública municipal, garantindo níveis adequados de iluminância e uniformidade conforme normas vigentes.

A inclusão das etapas de comissionamento e medição e verificação (M&V) na descrição do objeto é requisito essencial do Programa de Eficiência Energética, uma vez que a comprovação dos resultados energéticos constitui obrigação contratual perante a concessionária e elemento fundamental para validação da economia projetada. Sem tais etapas, não seria possível demonstrar o atingimento das metas de eficiência energética previstas, podendo comprometer a regularidade da execução do Termo de Cooperação Técnica.

Dessa forma, a descrição do objeto foi formulada com o nível de detalhamento técnico necessário para garantir clareza quanto às obrigações da futura contratada, segurança jurídica ao procedimento licitatório, adequada fiscalização da execução contratual e efetiva entrega dos benefícios energéticos e econômicos esperados, atendendo aos princípios da eficiência, planejamento e interesse público que regem a Administração Pública.

11.4. DA ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA A CONTRATAÇÃO:

A estimativa das quantidades previstas para a presente contratação foi fundamentada exclusivamente nos dados técnicos constantes do Diagnóstico Energético aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela ANEEL e operacionalizado pela COPEL Distribuição S.A., documento que analisou de forma detalhada o parque de iluminação pública do Município de Capanema/PR.

O diagnóstico técnico realizou levantamento quantitativo e qualitativo das luminárias existentes, identificando os pontos passíveis de substituição, suas potências, características técnicas e condições operacionais, bem como projetando a economia de energia estimada a partir da modernização proposta. As quantidades definidas para substituição e instalação decorrem diretamente desse estudo técnico, que considerou critérios de viabilidade energética, impacto econômico, adequação luminotécnica e limite de investimento aprovado no Termo de Cooperação Técnica.

Assim, as quantidades previstas não resultam de estimativa genérica ou discricionária da Administração, mas de levantamento técnico especializado previamente validado pela concessionária no âmbito do PEE. Qualquer alteração substancial nas quantidades comprometeria o equilíbrio técnico e financeiro do projeto aprovado, podendo impactar as metas de economia de energia estabelecidas e a conformidade com as diretrizes do programa.

Dessa forma, a estimativa quantitativa adotada na contratação encontra-se devidamente justificada por estudo técnico específico, aprovado pela concessionária, atendendo aos princípios do planejamento, da razoabilidade e da eficiência administrativa, e assegurando a adequada execução do objeto conforme parâmetros previamente validados.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

11.5. DA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR:

Foram analisadas como alternativas possíveis: a execução direta pelo Município; a contratação apenas para fornecimento de materiais com execução por equipe própria; a contratação separada de projeto e obra; e a contratação integrada de empresa especializada (ESCO) para elaboração de projeto executivo e execução completa do objeto.

A execução direta foi afastada em razão da inexistência de equipe técnica especializada, estrutura operacional e capacidade técnica para elaboração de projeto luminotécnico, medição e verificação de resultados energéticos e execução das adequações elétricas exigidas pelo Programa de Eficiência Energética – PEE da COPEL Distribuição S.A.. A contratação isolada de fornecimento de materiais mostrou-se inadequada, pois não atenderia às exigências técnicas do PEE quanto à elaboração de projeto executivo, comissionamento e comprovação de desempenho energético. A contratação separada de projeto e execução também foi considerada menos eficiente, pois poderia gerar incompatibilidades técnicas, sobreposição de responsabilidades e maior risco de aditivos contratuais.

Sob o aspecto técnico e econômico, contratação integrada, com valor global vinculado ao TCT e execução em regime de risco, mostrou-se a solução mais adequada, pois concentra a responsabilidade técnica em um único contratado, assegura compatibilização entre projeto e execução, reduz riscos de falhas e retrabalho, e garante maior eficiência na entrega dos resultados energéticos aprovados, além de proporcionar melhor controle da execução e previsibilidade financeira para a Administração.

11.6. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

A estimativa do valor da contratação corresponde ao montante aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela ANEEL e operacionalizado pela COPEL Distribuição S.A., conforme constante no Diagnóstico Energético validado e formalizado por meio de Termo de Cooperação Técnica firmado com o Município. O valor foi previamente analisado, auditado e aprovado tecnicamente pela concessionária, que avaliou a coerência dos custos unitários, das quantidades estimadas, da economia de energia projetada e da viabilidade econômico-financeira da proposta.

Dessa forma, a estimativa não decorre de cálculo unilateral da Administração, mas de orçamento técnico previamente validado no âmbito do PEE, observando parâmetros regulatórios específicos, limites de investimento e metodologia própria do programa. Trata-se, portanto, de valor tecnicamente referenciado, compatível com o mercado e vinculado às metas de economia energética estabelecidas.

O preço foi fixado no edital em razão de o recurso ser proveniente do Programa de Eficiência Energética, não constituindo despesa oriunda do orçamento ordinário do Município, mas investimento vinculado e previamente aprovado pela concessionária dentro de limites definidos pelo PEE. A alteração do valor global comprometeria a compatibilidade técnica e financeira do projeto aprovado, podendo gerar inconformidade com as regras do programa e risco de descumprimento do Termo de Cooperação Técnica.

Nesse contexto, a adoção do critério de julgamento “melhor técnica” revela-se adequada, pois, estando o valor global previamente definido e validado pela concessionária, a disputa por menor preço poderia comprometer a qualidade técnica das soluções propostas, a durabilidade dos equipamentos e o atingimento das metas de eficiência energética. A seleção com base na melhor qualificação técnica da empresa assegura a contratação de profissional ou empresa especializada, com experiência comprovada, reduzindo riscos de falhas na execução, retrabalhos, desequilíbrios contratuais e necessidade de aditivos decorrentes de deficiência técnica.

Assim, a fixação do preço global encontra respaldo na natureza vinculada dos recursos, na prévia aprovação técnica e econômica pelo programa regulado, e na necessidade de assegurar execução qualificada e satisfatória do objeto, garantindo segurança jurídica, previsibilidade financeira e adequada aplicação dos recursos destinados ao projeto de eficiência energética.

11.7. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

Avenida Brasil, 39 - Centro - 85.760-000 - Fone: (46) 3552-2126
CNPJ nº 75.972.760/0001-60 - www.capanema.pr.gov.br

Página: 13



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

A descrição da solução como um todo foi estruturada de forma integrada para contemplar todas as etapas necessárias à efetiva implementação do Projeto de Eficiência Energética aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela ANEEL e operacionalizado pela COPEL Distribuição S.A.. Considerando que o diagnóstico energético aprovado constitui etapa preliminar, a solução adotada não poderia restringir-se ao simples fornecimento de equipamentos ou à execução isolada de serviços, sendo indispensável a previsão de um conjunto coordenado de atividades técnicas interdependentes.

A solução foi concebida para abranger a elaboração do projeto básico e executivo, o fornecimento de materiais e equipamentos certificados, a execução das intervenções técnicas no parque de iluminação pública, o comissionamento do sistema implantado e a medição e verificação dos resultados energéticos, assegurando o cumprimento integral das exigências regulatórias do PEE e do Termo de Cooperação Técnica firmado. A segmentação dessas etapas poderia gerar incompatibilidades técnicas, sobreposição de responsabilidades e riscos de insucesso no atingimento das metas de economia de energia previstas.

A adoção de solução integrada permite a centralização da responsabilidade técnica em um único contratado, garantindo coerência entre projeto e execução, melhor controle da qualidade dos materiais e serviços, maior previsibilidade quanto aos resultados energéticos e redução de riscos contratuais. Além disso, a inclusão das etapas de medição e verificação na própria solução assegura que a economia projetada seja devidamente comprovada, condição essencial para validação do projeto perante a concessionária.

Dessa forma, a solução foi descrita de maneira abrangente e sistêmica, contemplando todas as fases necessárias à entrega do resultado final pretendido, qual seja, a modernização eficiente do sistema de iluminação pública municipal, com geração comprovada de economia de energia e melhoria da qualidade do serviço prestado à população, atendendo aos princípios do planejamento, eficiência e interesse público.

11.8. DAS JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO:

A opção pelo não parcelamento da contratação decorre da natureza técnica e operacional do objeto, que consiste na implementação integrada de Projeto de Eficiência Energética no sistema de iluminação pública municipal, aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela ANEEL e operacionalizado pela COPEL Distribuição S.A.. Trata-se de solução técnica indivisível, composta por etapas interdependentes que envolvem elaboração de projeto executivo, fornecimento de equipamentos, execução das intervenções, comissionamento e medição e verificação dos resultados energéticos.

O eventual parcelamento em contratações distintas — como separação entre projeto e execução, ou entre fornecimento de equipamentos e instalação — poderia comprometer a coerência técnica da solução, gerar conflitos de responsabilidade, dificultar a fiscalização contratual e aumentar o risco de incompatibilidades entre projeto e execução. Além disso, a fragmentação do objeto poderia comprometer o atingimento das metas de economia de energia aprovadas no diagnóstico, uma vez que o desempenho energético depende da integração adequada entre concepção técnica, escolha de equipamentos e correta instalação.

Sob o aspecto econômico, o parcelamento também não se mostra vantajoso, pois a contratação integrada permite ganho de eficiência operacional, melhor coordenação logística, redução de custos indiretos e mitigação de riscos de aditivos decorrentes de falhas de compatibilização entre contratos distintos. A concentração da responsabilidade técnica em um único contratado assegura maior previsibilidade na execução e melhor controle de resultados.

Dessa forma, considerando a interdependência técnica das etapas, a necessidade de responsabilização integral pelo desempenho energético e a busca pela solução mais eficiente e segura para a Administração, conclui-se que o não parcelamento da contratação atende ao interesse público e aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

11.9. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS:

Avenida Brasil, 39 - Centro - 85.760-000 - Fone: (46) 3552-2126
CNPJ nº 75.972.760/0001-60 - www.capanema.pr.gov.br

Página: 14



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

A presente contratação tem como resultado pretendido a efetiva implementação do Projeto de Eficiência Energética no sistema de iluminação pública do Município de Capanema/PR, conforme Diagnóstico Energético aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela ANEEL e operacionalizado pela COPEL Distribuição S.A.

Espera-se, com a execução integral do objeto, a modernização do parque de iluminação pública por meio da substituição de luminárias convencionais por tecnologia LED de maior eficiência, resultando na redução significativa do consumo de energia elétrica, diminuição da demanda contratada e consequente redução de custos operacionais relacionados à iluminação pública.

Pretende-se, ainda, a melhoria dos níveis de iluminância e uniformidade das vias públicas, proporcionando maior segurança à população, melhor visibilidade noturna e incremento na qualidade do serviço público prestado. Como reflexo direto da modernização, espera-se também a redução de falhas no sistema e a diminuição da necessidade de manutenção corretiva, em razão da maior vida útil dos equipamentos a serem instalados.

Do ponto de vista regulatório, busca-se o cumprimento integral das metas de economia de energia previstas no diagnóstico aprovado, com a devida comprovação por meio de medição e verificação dos resultados energéticos, conforme exigências do PEE, assegurando a conformidade com o Termo de Cooperação Técnica firmado e a correta aplicação dos recursos disponibilizados.

Assim, os resultados pretendidos envolvem ganhos energéticos, econômicos, operacionais e sociais, traduzidos na modernização da infraestrutura urbana, na racionalização do consumo de energia elétrica e na melhoria da eficiência administrativa, atendendo ao interesse público e às diretrizes de sustentabilidade e boa gestão.

11.10. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO:

Preliminarmente, em toda contratação é preciso questionar: “há necessidade de capacitação de servidores para fiscalização e gestão contratual?”. Geralmente a resposta é afirmativa e o caso em apreço não é diferente, em razão da natureza e complexidade do objeto da contratação.

A presença de servidores públicos devidamente treinados para fiscalizar a execução dos serviços contratados é uma condição essencial para garantir a boa gestão e o sucesso da contratação, especialmente em objetos com complexidade técnica.

A capacitação dos servidores designados para a fiscalização é fundamental para que possam atuar com segurança jurídica e autoridade técnica. Esses servidores devem ser treinados para acompanhar a prestação dos serviços e registrar as ocorrências durante a execução. Além disso, devem estar aptos a identificar desvios de qualidade, riscos de segurança, falhas no cumprimento contratual e a tomar as medidas necessárias, como a emissão de notificações, relatórios e recomendações de correção.

A qualificação da equipe de fiscalização também contribui para reduzir riscos à Administração Pública, evitando omissões que poderiam resultar em prejuízos financeiros, responsabilidades legais ou insegurança na prestação dos serviços. Servidores treinados são capazes de garantir que o contratado cumpra fielmente o contrato, atuando preventivamente para corrigir problemas antes que se agravem.

Além disso, já no início dos trabalhos, faz-se necessária a comunicação e organização das reuniões de trabalho entre representantes da empresa contratada e os Fiscais Técnicos e Administrativos indicados neste TR, para ajustarem os procedimentos durante a execução contratual.

Portanto, uma das ações estratégicas da Administração Pública é investir na capacitação dos servidores para o exercício da fiscalização técnica dos contratos, que garante maior controle, segurança, eficiência e legalidade na execução dos serviços públicos.

11.11. DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES:

Vislumbra-se que a presente contratação não possui interdependência com outra contratação vigente.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

11.12. DA DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS, MEDIDAS MITIGADORAS E LOGÍSTICA REVERSA:

A execução do objeto poderá gerar impactos ambientais pontuais, especialmente em razão da substituição das luminárias existentes e do descarte de equipamentos e componentes elétricos atualmente instalados no sistema de iluminação pública. Entre os possíveis impactos identificam-se a geração de resíduos sólidos, incluindo carcaças metálicas, reatores, lâmpadas de descarga, componentes eletrônicos e cabos, bem como riscos associados ao manuseio e transporte desses materiais.

Destaca-se que parte dos equipamentos substituídos poderá conter materiais potencialmente poluentes, como lâmpadas com presença de vapor de sódio ou mercúrio, exigindo destinação ambientalmente adequada, nos termos da legislação ambiental vigente e da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O descarte inadequado desses componentes pode ocasionar contaminação do solo e da água, além de riscos à saúde pública.

Como medidas mitigadoras, a contratada deverá promover a segregação adequada dos resíduos gerados, acondicionamento seguro, transporte por empresa licenciada quando exigido e destinação final ambientalmente correta, observando as normas ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis. Deverá, ainda, comprovar documentalmente a destinação final dos resíduos por meio de certificados ou manifestos de transporte e destinação, quando aplicável.

No que se refere à logística reversa, os materiais substituídos classificados como resíduos eletroeletrônicos deverão observar os sistemas de recolhimento e destinação previstos na legislação específica, especialmente quanto a equipamentos de iluminação e componentes eletrônicos. Sempre que possível, os materiais deverão ser encaminhados a fabricantes, distribuidores ou empresas especializadas habilitadas para reciclagem ou tratamento adequado, promovendo reaproveitamento de materiais e redução de impactos ambientais.

Ressalta-se que a própria natureza da solução proposta — substituição por luminárias LED de maior eficiência e vida útil ampliada — representa impacto ambiental positivo, ao reduzir o consumo de energia elétrica, diminuir a emissão indireta de gases de efeito estufa associada à geração de energia e reduzir a frequência de substituição de equipamentos.

Dessa forma, os impactos ambientais decorrentes da execução contratual são considerados controláveis e mitigáveis mediante cumprimento das obrigações ambientais pela contratada, sendo a solução adotada ambientalmente adequada e alinhada aos princípios da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável.

11.13. DO POSICIONAMENTO CONCLUSIVO:

Diante das análises técnicas, econômicas e administrativas realizadas, conclui-se que a contratação de empresa especializada para elaboração de projeto executivo e execução das ações de eficiência energética no sistema de iluminação pública do Município de Capanema/PR é medida necessária, adequada e vantajosa para a Administração Pública.

A solução proposta encontra-se devidamente fundamentada no Diagnóstico Energético aprovado no âmbito do Programa de Eficiência Energética – PEE, regulamentado pela ANEEL e operacionalizado pela COPEL Distribuição S.A., estando o valor previamente validado pela concessionária e formalizado por meio de Termo de Cooperação Técnica. A adoção da contratação integrada, em regime de risco, com valor global previamente aprovado no âmbito do PEE/COPEL mostra-se tecnicamente mais eficiente, garantindo compatibilização entre projeto e execução, centralização da responsabilidade técnica e maior segurança na obtenção dos resultados energéticos previstos.

Restou demonstrado que a solução escolhida atende ao interesse público, promove a modernização da infraestrutura urbana, gera economia de energia elétrica, reduz custos operacionais e assegura conformidade com as exigências regulatórias do PEE. Ademais, foram analisados os aspectos ambientais, financeiros e operacionais, não havendo impedimentos técnicos ou jurídicos para a contratação.



Município de Capanema - PR

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo - SEINFRA

Assim, conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório na modalidade concorrência, com critério de julgamento melhor técnica, nos termos da legislação vigente.

12. DEMAIS JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA:

12.1. DO FUNDAMENTO LEGAL PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA:

Não se aplica.

12.3. DA RAZÃO DA(S) EMPRESA(S) COTADA(S):

Não se aplica.

12.4. DA RAZÃO DA ESCOLHA DA EMPRESA A SER CONTRATADA:

12.4.1. Não se aplica.

13. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Não se aplica.

14. PRAZO DE VIGÊNCIA DAS ALTERAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

14.1. O prazo de vigência do contrato administrativo será de 12 meses, podendo ser prorrogado pelo prazo necessário à conclusão do objeto, desde que devidamente justificado, mantida a compatibilidade com o Termo de Cooperação Técnica nº 4600030545, com o cronograma aprovado pela COPEL e com a legislação aplicável.

15. INFORMAÇÕES PARA COMPLEMENTAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

15.1. Não se aplica.

16. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

16.1. As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo, por meio do e-mail:

planejamento.secretario@capanema.pr.gov.br

16.2. As informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Contratações Públicas, por meio dos e-mails: smcp@capanema.pr.gov.br e licitacao@capanema.pr.gov.br

16.3. Dos mecanismos formais de comunicação.

16.3.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Sistema de abertura de chamados;
- e) E-mails;
- f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, datado e assinado digitalmente.

Jair Canci

Secretário Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Gestor do Contrato

Matheus Gustavo Schwan

Fiscal do Contrato

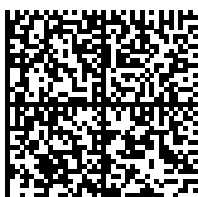


Documento: 26404/2026 - TR_COPEL_retificado.pdf

Data: 18/06/2026 11:08:44

Assinatura avançada realizada por: JAIR CANCI em 18/06/2026 17:53:01.

Assinatura avançada realizada por: MATHEUS GUSTAVO SCHWAN em 19/06/2026 09:36:55.



Documento assinado nos termos do Decreto Municipal nº 7.765/2025

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://capanemaprscp.equipiano.com.br:7575/tramitacaoProcesso/#/consulta-anexo-assinado/entidade/50> com

o código 2bd82da1-793d-4092-9b05-eb94baba56a6